

Quem

é

Quem

?

**no Sector Financeiro
em Portugal**
2022

dia CA
sempre
sustentável

Celebrar o
aniversário CA
tem impacto

PUBLICIDADE 03/2022



Vamos oferecer
4 prémios
10.000€

a 4 Entidades
da Economia Social
eleitas pelo público.

Vote no seu projecto favorito.

PARTICIPE!

| Concurso destinado a Entidades da Economia Social, Clientes CA, que pretendam implementar um projecto nas áreas:

| Descarbonização
| Economia Circular
| Serviços dos Ecossistemas

| Candidaturas: 1 a 31 de Março (até às 18h00)

| Votação: 26 de Abril a 6 de Maio

| Regulamento, Candidaturas e Votação:
diacasempresustentavel.pt



#SustentabilidadeCA

Para mais informações:

creditoagricola.pt | [f](#) [@](#) [d](#) [v](#) [in](#)



Crédito Agrícola

Propriedade

Megafin, Sociedade Editora SA

Diretor

Filipe Alves

Subdiretores

André Cabrita Mendes, Lígia Simões, Nuno Vinha e Ricardo Santos Ferreira

Diretor de arte

Mário Malhão

Coordenação

Filipe Alves

Conteúdos Editoriais

Nuno Vinha, Mariana Bandeira, Maria Teixeira Alves e Vitor Norinha

Área Comercial

Cláudia Sousa (Diretora), Elsa Soares, Isabel Silva, Ana Catarino e Cristina Marques

Fotografia

Cristina Bernardo, Lusa, Reuters, Unsplash e Bloomberg

Design e Paginação

Rute Marcelino (coordenadora)

Impressão

Finepaper

Revista distribuída

com **O Jornal Económico** n.º 2135 de 04 de março de 2022**Sede e Redação**Rua Vieira da Silva 45,
1350-342 Lisboa

2022: ano de recuperação mas também de incerteza



Filipe Alves
Diretor d'O Jornal Económico

A segunda edição do Quem é Quem no Sector Financeiro em Portugal surge numa altura de incerteza para a economia mundial, com as tendências inflacionistas e a tensão geopolítica a colocarem em causa a recuperação da crise pandémica.

O sector financeiro português não escapa a esta conjuntura de incerteza, apesar das perspetivas de crescimento da atividade e de melhoria da rentabilidade, na sequência das reestruturações realizadas nos últimos anos.

Este Quem é Quem é composto por duas partes: na primeira fazemos uma análise sobre os desafios e as tendências que vão marcar o sector financeiro em 2022, na banca, na corretagem, no mercado cambial, fundos de investimento, gestão de patrimónios e titularização de créditos.

Na segunda parte apresentamos um diretório das instituições financeiras que operam em Portugal, com fichas individuais e uma listagem geral, de maneira a que os nossos leitores fiquem a conhecer os players do sector financeiro nacional.

Este ano temos novidades: além dos conteúdos escritos, em papel e online, este Quem é Quem conta com conteúdos em vídeo e podcast, que pode acompanhar em www.jornaleconomico.pt. Desta forma procuramos ir ao encontro das novas tendências de consumo de informação e atender aos interesses de um público cada vez mais plural.

Em nome de toda a equipa do Jornal Económico, agradeço a todas as pessoas e instituições que contribuíram para este anuário.



P05

05 Análise

As perspetivas de crescimento em 2022 e o ajustamento feito pelo sector financeiro português nos anos que antecederam a pandemia, deixam os economistas e players confiantes de que vão enfrentar bem um cenário de inflação e subida das taxas de juro. E há oportunidades à espreita com o novo paradigma.



P10

10 Entrevista

O presidente da APB, Vítor Bento, em entrevista realizada antes da invasão da Rússia à Ucrânia que desencadeou um onda, sem precedentes, de sanções económicas, falou dos desafios da banca para 2022.

16 Cenário Macroeconómico

Banca em 2022 obrigada a operar num ambiente de incerteza económica.

24 Euro Digital

Especialistas alertam que emissão da moeda virtual na zona euro terá de acautelar incógnitas e riscos de privacidade e segurança e manter a banca de retalho como “guardiã”.



P24

26 Sustentabilidade

Em 2022 os bancos sistémicos serão submetidos aos testes de stress climáticos do BCE.

28 Corretagem

O ano de 2022 adivinhava-se promissor, talvez um pouco menos depois de um ano de 2021 e que foi excepcional para as sociedades corretoras.

30 Câmbios

O conflito armado na Ucrânia fez recrudescer o interesse pelo mercado cambial (Forex) mas globalmente houve perda de interesse.

31 Fundos de Investimento

Difícilmente se irá encontrar um ano tão bom para os fundos mobiliários e imobiliários como 2021.

32 Gestoras de patrimónios

Para as gestoras de patrimónios há boas notícias como a recuperação económica, mas há um cenário negro com a guerra no leste europeu, a par da saída de cena dos bancos centrais europeus.



P28

34 Titularização de créditos

A titularização de créditos ou securitização como também é conhecido registou “forte apetite” em 2021.

35 Fórum

Normalização da política monetária é desejável, dizem líderes do setor financeiro.



P32

44 Diretório

Conheça as instituições financeiras que operam em Portugal.

Oportunidades e desafios para o sector financeiro num 2022 de crescimento

As perspetivas de crescimento em 2022 e o ajustamento feito pelo sector financeiro português nos anos que antecederam a pandemia, deixam os economistas e players confiantes de que vão enfrentar bem um cenário de inflação e subida das taxas de juro. E há oportunidades à espreita com o novo paradigma.

O sector financeiro enfrenta em 2022 um contexto, no mínimo, desafiante. Para começar, é inegável que as economias globais vão continuar a conviver com as consequências – até ver, mais mitigadas – da pandemia de Covid-19. Outro desafio será o de lidar com as pressões inflacionistas que continuam bem presentes. A inflação será mais conjuntural ou vai tornar-se estrutural? E que implicações terá a resposta a esta pergunta nas políticas dos bancos centrais? O Jornal Económico ouviu economistas e responsáveis do sector para perceber como o evolução macroeconómica esperada para este ano vai impactar o sector.

O economista, antigo banqueiro e atual presidente da Associação Portuguesa de Bancos, Vítor Bento, considera que estamos numa mudança de contexto macroeconómico.

“Isso, obviamente, também traz desafios de outra qualidade. Relativamente ao desafio da inflação, (...) o que houve até aqui foi uma subida de preços que ainda não é certo se representa um ajustamento de preços relativos entre vários sectores ou se vai ser alimentado num processo recorrente, que – esse sim – será inflacionário”.

Uma parte deste choque, salienta, são efeitos indiretos do choque pandémico, sobretudo pelo efeito que teve no estrangulamento das cadeias de valor e que, no último semestre do ano passado, teve um prolongamento não pela via de novos “lock-down”, mas sim devido a fortes disrupções na cadeia logística e distribuição um pouco por todo o mundo.

De acordo com Vítor Bento, há que levar ainda em conta “os estímulos que foram dados à economia”, que criaram “um súbito choque de procura que desfasou da



capacidade imediata de oferta”.

Neste momento, reforça no entanto o presidente da APB, “ainda estamos naquele ponto expectante de saber se isto se vai tornar num fenómeno inflacionário” ou se é um ajustamento dos preços relativos entre vários sectores da economia.

“O efeito imediato foi uma subida de preços. A subida de preços tem como efeito a diminuição dos rendimentos reais de quem tem rendimentos nominais fixos. E o que normalmente dá origem a processos inflacionários é que os sectores sociais que viram os seus rendimentos reais afetados vão tentar reconstituir o nível real, provocando aumentos nominais. E isso é que pode desencadear o processo inflacionário”, conclui.

Caso se verifique, isso até poderia trazer alguns aspetos positivos (ainda que

também outros negativos) para a banca. É que se as taxas de juro vierem a subir, isso significa que “entraremos mais rapidamente num cenário de normalização histórica dos níveis de taxas de juro face à circunstância longa que vivemos”. E essa circunstância, nota Vítor Bento, é “uma anormalidade de taxas de juro extremamente baixas e inclusivamente de taxas de juro negativas”.

Paula Gonçalves Carvalho, economista-chefe do BPI, acha o mesmo. “É importante sublinhar que o longo período que vivemos de taxas de juro negativas não é normal e tem de ser entendido como uma situação historicamente excecional”.

O regresso a uma situação de normalidade, diz a economista-chefe do BPI, “com curvas de rendimento positivamente inclinadas e taxas de juro positivas, permitirá

melhorar a rentabilidade do setor e a sua capacidade de apoio ao financiamento e o desenvolvimento da economia”.

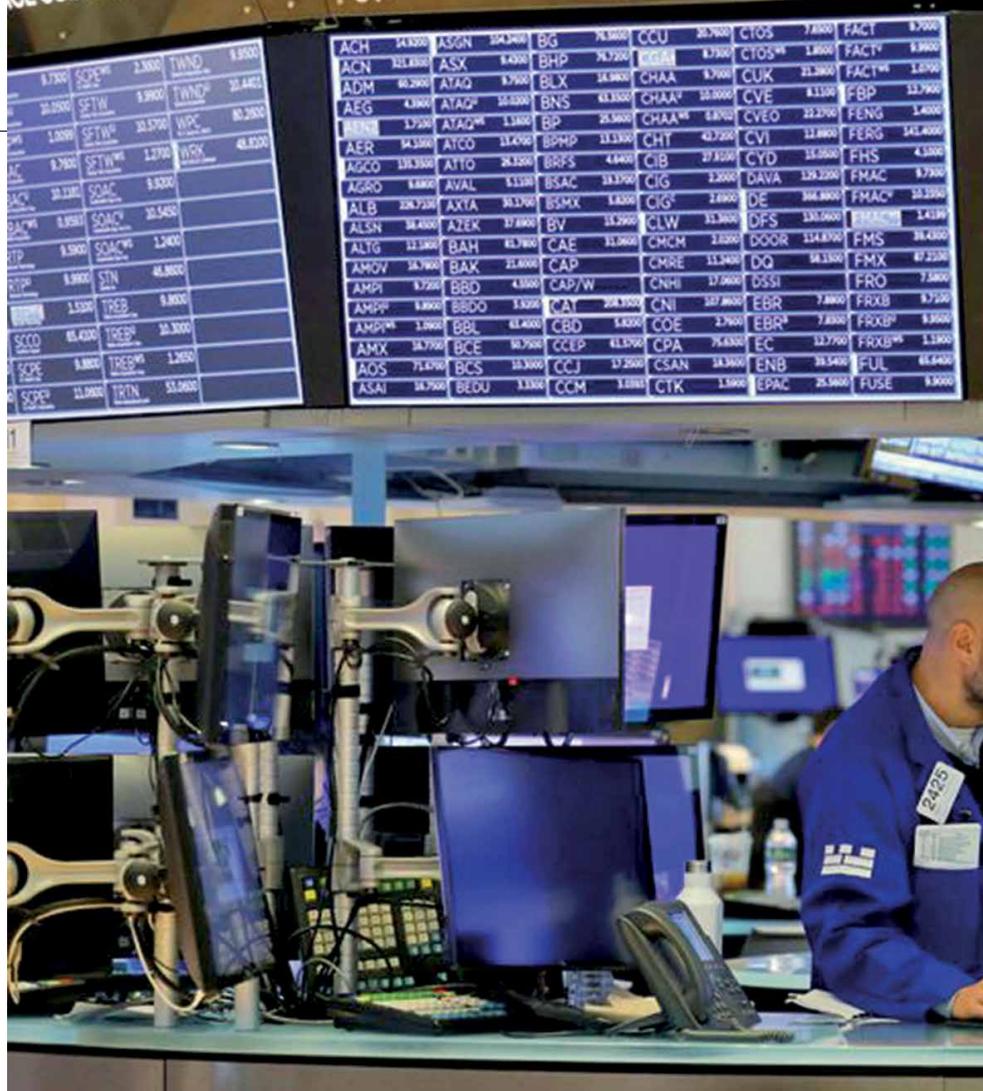
Mas este processo traz riscos. “Os níveis de endividamento de empresas e famílias (como do Estado) permanecem elevados, embora francamente mais baixos por comparação com os anos anteriores à crise financeira internacional; e a maior parte dos financiamentos, sobretudo dos particulares, continua a utilizar taxa de juro variável, portanto os encargos com a dívida vão começar a pesar mais no orçamento das famílias e empresas, ainda que não sejam de esperar impactos significativos nos níveis de incumprimento”.

Em termos gerais, o economista Miguel Coelho considera que as condições macroeconómicas de base “são favoráveis ao sistema financeiro português”. Em Portugal, é projetado para 2022 um crescimento de 5,5% (4,6% em 2021), sendo ainda expectável uma melhoria clara das contas públicas, traduzida num défice abaixo dos 3% do PIB e uma dívida pública em valores próximos dos 122% (131,4% no 3.º trimestre de 2021).

No entanto, existe um conjunto de riscos de curto prazo que podem colocar em causa a estabilidade financeira. Entre estes destaca-se “o risco inflação”, sublinha.

“Na realidade, o aumento substancial do preço da energia, associado à disrupção observada na cadeia de abastecimento, estão a gerar pressões sobre os preços sem precedentes nas últimas duas décadas. Em consequência, e atendendo à provável natureza não temporária do fenómeno, é quase inevitável uma intervenção das autoridades monetárias no sentido de adotarem políticas mais restritivas, com consequente efeito sobre as taxas de juro e prémios de risco (por via da incerteza associada ao aumento da inflação e à resposta da política monetária)”. E isso poderá ter efeitos importantes no sistema financeiro.

Tal como dizia a economista-chefe do BPI, também Miguel Coelho sublinha que a subida das taxas de juro de curto prazo tem “um efeito positivo na margem financeira dos bancos”. Mas ao contrário de Paula Gonçalves Carvalho, o economista adverte que poderemos assistir a um aumento do incumprimento, “com efeitos



diversos em função da carteira de crédito de cada um dos bancos”.

Marco Freire, CEO da Whitestar Asset Management – maior gestora de carteiras de crédito e imobiliário em Portugal – concorda com ambos os pontos.

“A banca em Portugal tem neste momento um problema: tem margens reduzidas. Apesar de os maiores bancos estarem a apresentar lucros absolutos bastante saudáveis, até por comparação com os últimos anos, é uma atividade que tem margens relativamente curtas. Um aumento da taxa de juro pode dar aqui um aumento de margem bruta aos bancos que podem ‘aproveitar-se’ desse aumento de taxa de juro e desse novo cenário macroeconómico para aumentar um pouco as suas margens, dos seus spreads etc”, diz ao JE.

Hoje, explica o mesmo gestor, “a banca ganha, sobretudo, pelas comissões. Ganha muito pouco no crédito concedido e mais no crédito sem garantia real. No crédito com garantia real praticamente só ganha dinheiro nos produtos acessórios: nos seguros, nos depósitos que, por vezes, obriga o cliente a fazer, mas tem muito pouca

margem no crédito em si. Ganha, sobretudo, nas comissões”. E, sim, em 2022 podemos assistir a um provável aumento do crédito malparado, o que representa uma oportunidade para “servicers” como a própria Whitestar.

“Para os servicers que atuam em Portugal é uma oportunidade que haja um potencial novo ciclo de NPL, é uma oportunidade de crescimento. Vemo-lo não com preocupação, mas com um sentido de desafio, de oportunidade”, salienta.

Também ao JE, o economista-chefe do Novobanco, Carlos Almeida Andrade, admite que “é expectável” que a subida dos juros se traduza num aumento dos NPL, mas “moderado”, ainda que “penalizando a rentabilidade dos bancos, sobretudo à saída de um período em que vários devedores beneficiaram de moratórias no crédito”.

António Rebelo de Sousa, economista e presidente da SOFID – Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento, prefere destacar que “o aumento das taxas de juro e o eventual aumento de situações de incumprimento, a partir do

FUSE*	33.800	HNP	34.600	JBI**	3.700	LHX	32.100	NOC	32.100	PLOW	41.800
FUSE**	1.200	HTH	31.000	JELD	28.000	LITB	1.300	NOV	31.400	PONC*	8.800
GD	198.000	HUYA	30.700	JHX	35.200	LND	5.800	NTR	98.500	PSO	31.300
GE	104.000	IBA	41.700	JKS	35.100	LNN	171.400	NX	34.200	RAAS	4.300
GGB	5.800	IBN	18.000	JP	1.400	LPL	8.800	OCA	8.800	RELX	20.800
GLEO	10.000	IFF	131.000	JT	1.700	LPX	30.700	OCA**	1.900	RENN	9.300
GLEO*	10.300	IFFT	10.800	KEP	11.000	MAN	117.800	OG	1.300	RTX	87.500
GLEO**	8.900	IFS	18.700	KEY	87.800	MFGP	1.400	OPA	1.070	RYI	18.800
GLOB	204.100	IIN	38.000	KOF	17.100	MGA	81.600	OPA*	10.000	SAND	7.300
GMS	49.200	INFY	22.800	KRA	39.300	MODN	32.800	OPA**	8.800	SFL	4.800
GNRC	413.000	IPVA	9.700	KY	14.100	MOGU	1.300	OVV	26.400	SFUN	10.000
GOL	7.900	IPVA*	8.800	KUKE	6.900	MPC	37.400	PAC	108.400	SHG	31.000
GWW	408.800	IPVA**	1.100	LEN	104.000	MRO	11.800	PAGS	90.700	SID	8.200
HAYW	22.700	IPVF*	8.100	LEN*	86.200	MUFG	1.400	PBR	11.300	SITE	190.900
HILA	8.700	IPVF**	1.800	LII	131.000	MX	10.200	PBR*	10.000	SKM	20.400
HHLA*	11.000	TIUB	1.800	LIII	1.800	NEU	327.800	PFGC	44.200	SNDR	21.800
HHLA**	8.811	IX	82.300	LIII*	10.000	NGVT	82.400	POTI	22.000	SOGO	8.900
HL	6.000	JBI	11.300	LIII**	6.900	NOAH	40.700	PHI	26.000	SOL	7.100

ANÁLISE

AAP	205.700	AN	21.000
ACIC	9.900	APGB	1.000
ACIC*	10.300	APGB*	1.000
ACIC**	1.200	APGB**	1.000
ACIL	9.700	APSG	1.000
ACI*	9.800	APSG*	1.000
ACI**	1.100	APSG**	1.000
ADNT	38.600	ASAQ*	1.000
AEVA	9.100	ASAQ**	1.000
AEVA*	2.500	ASH	1.000
ALK	57.800	AZUL	21.000
ALV	99.200	BA	231.000



segundo semestre do corrente ano, poderão vir a implicar ajustamentos no sector financeiro”. Quais? A banca “tenderá a orientar, ainda mais, a concessão de crédito para grandes empresas/grandes projectos e para o crédito ao consumo, em detrimento das micro, pequenas e médias empresas”. Mas com excepção daquelas “que tenham dado provas em termos de inserção bem sucedida no sector de bens transaccionáveis”.

Mas em que medida é que será esse eventual aumento das taxas de juro? Rui Machado, da direcção de investimento da IM Gestão de Ativos, diz que parece “improvável” um “cenário radical de subida de taxas” que “coloque em causa o crescimento económico”. Por isso mesmo, complementa, a expectável subida das taxas de juro “deverá ter um impacto direto marginal a curto prazo no sector financeiro português”. Mas a reflexão de Rui Machado está alinhada pelo argumento de Vítor Bento. “É necessário não esquecer que, durante muitos anos, os agentes económicos habituaram-se a políticas assentes em taxas de juro baixas e facilidade de crédito, con-

dições essas que poderão estar perto do fim, levantando assim preocupações pertinentes sobre o impacto desta alteração”.

O economista chefe do Novobanco, Carlos Almeida Andrade, concorda que a normalização da política monetária por parte dos bancos centrais deverá traduzir-se em juros mais elevados, mas salienta que deverão ser ainda “relativamente contidos”. “A retirada de liquidez do mercado pelos bancos centrais poderá levar à reavaliação de ativos por parte dos investidores, tornando mais exigente a obtenção de resultados de operações financeiras”.

Uma visão mais estrutural tem Jorge Silveira Botelho, chief investment officer do BBVA Asset Management Portugal, para quem a mais do que provável subida de taxas de juro “é o catalisador que faltava para reativar a perceção de valor do modelo bancário, expondo a atratividade das atuais baixas métricas financeiras”.

E explica. “Na última década, o investimento no sector financeiro português foi uma constante armadilha de valor, na medida em que as suas aparentes atrativas métricas financeiras não refletiam grande

parte dos problemas com que o sector se confrontava: falta de capital recorrente, dependência excessiva da margem financeira, custos regulatórios mais elevados, excesso de capacidade e entrada de novos concorrentes mais competitivos e eficientes”. Para agravar a situação, prosseguem, a persistência de taxas de juros negativas desde junho de 2014 eliminou a visibilidade do sector e prejudicou a sua capacidade de gerar resultados consistentes nos últimos anos.

Jorge Silva Botelho conclui, por outro lado, que no ano de 2021 “algo mudou estruturalmente” na perceção de riscos e de rentabilidade do sector financeiro português. “A pandemia acabou por não ter o impacto que se temia e a banca portuguesa saiu desta crise bem capitalizada, com o rácio de capital CTE1 reforçado”.

Ora o sistema financeiro português, tal como o resto do sector na Europa, “é muito sensível” aos movimentos das taxas juro. “Uma vez que o mercado prevê subidas de taxas de juro a 9 meses, isso implicaria uma subida adicional dos lucros em 2023”, sublinha.

Alberto Ramos, country manager do Bankinter Portugal, também considera que o impacto de um aumento das taxas de juro “será controlado”, com “subidas progressivas e de reduzida magnitude”, uma vez que o Banco Central Europeu “terá certamente em conta não só a evolução da economia europeia como o impacto nas famílias, no tecido empresarial e também na dívida dos Estados, de forma a não comprometer o crescimento económico”.

Para as famílias, afirma o mesmo responsável, a subida de juros será sentida nos pagamentos associados a taxas variáveis, tais como o crédito à habitação e o crédito ao consumo, o que levará em certa medida a uma diminuição do rendimento disponível. “Além disso, o custo de financiamento será certamente mais elevado para novos empréstimos, sejam estes com taxa variável ou com taxa fixa”.



Europeu para facilitar a concessão de crédito aos mais atingidos pela pandemia”.

“Atenta a postura até aqui enunciada pelo Banco Central Europeu, importa realçar que uma subida de juros, a ocorrer de forma gradual e contida, e com um nível negativo como ponto de partida, continuará a proporcionar taxas de financiamento ainda a níveis historicamente baixos para toda a economia”, salienta a responsável.

O economista Miguel Coelho, por outro lado, aponta outros impactos indiretos da subida das taxas de juro no valor das carteiras geridas pelas entidades gestoras de fundos. “De uma forma simplificada, uma subida da taxa de juro tem impacto negativo no valor das ações (que poderá ser ampliado por resultados empresariais abaixo do esperado por via da subida das taxas de juro), bem como no valor das obrigações de taxa fixa, traduzindo-se em impactos negativos na rentabilidade dos fundos mobiliários”, assegura. A subida de taxas também impactam negativamente o mercado imobiliário.

Em terceiro lugar, haverá efeitos nos fundos de pensões, depois com efeito indi-

reto nos bancos. “Na realidade, se uma subida da taxa de juro pode afetar negativamente o valor dos ativos dos fundos (i.e., ações, obrigações e imóveis), do lado do passivo o impacto é positivo uma vez que as responsabilidades dos fundos serão descontadas a uma taxa superior”, salienta.

Aos desafios resultantes do aumento previsível das taxas de juro, juntam-se outras nuvens negras no horizonte. Miguel Coelho afirma que o sistema financeiro “enfrenta os riscos associados a questões de cibersegurança, transição para uma economia sustentável (neste aspeto destacam-se as novas exigências ESG – Environmental, Social and Governance) e a crescente concorrência dos players não tradicionais (fintech)”.

Por isso mesmo, o também professor de Economia sugere que a banca ajuste o seu modelo de negócio por forma a incluir a digitalização. “Não apenas com instrumento para agilização da relação com o cliente, mas também como instrumento efetivo de melhoria da eficiência operacional”. Por outro lado, deverá ser dado um destaque especial “às matérias de co-

missionamento através da colocação de produtos fora de balanço, nomeadamente, seguros e fundos de investimento”.

António Rebelo de Sousa complementa. Os principais desafios do sector financeiro para os próximos três a cinco anos, diz o economista, são “a transição digital, a emergência de activos digitais e as alterações que ocorrerão no mercado de trabalho, com a promoção do trabalho à distância”.

E é particularmente crítico, ou receoso, quanto à questão dos activos digitais. “Receio muito que o sistema financeiro enverede pela aposta em novos activos financeiros digitais de elevada rentabilidade virtual. Seria preferível que se apostasse mais no segmento obrigacionista, emitindo-se títulos com remunerações razoáveis- da ordem dos 2 a 3% ao ano-, do que no segmento acionário e em activos digitais. (...) Sou dos que não acredito em activos digitais (sobretudo com a pretensão de se constituírem em activos de reserva digitais) que não tenham uma ligação a reservas líquidas cambiais convencionais”, conclui.



Por Maria Teixeira Alves e Rita Atalaia

Vítor Bento Presidente da Associação Portuguesa de Bancos

“A economia acaba por sofrer as consequências da fiscalidade discriminatória sobre a banca”

O presidente da APB, Vítor Bento, em entrevista realizada antes da invasão da Rússia à Ucrânia que desencadeou um onda, sem precedentes, de sanções económicas, falou dos desafios da banca para 2022. A melhoria da rentabilidade é um dos maiores, porque sem isso não financia a economia.

Quais são os grandes desafios para a banca nacional este ano?

Obviamente que a fortificação do balanço, onde já foi conseguido um resultado assinalável até aqui, e a rentabilidade são desafios que estão sempre em cima da mesa, e que ao longo deste ano se espera que atinjam, digamos, um estado de “normalização”. O processo de recuperação da crise financeira foi, de certa forma, interrompido pela crise pandémica, que introduziu outros desafios pelo meio, mas que também permitiu verificar, felizmente, que

o ajustamento que a banca tinha feito já lhe permitiu ter um papel de grande relevo social durante esta nova crise, atuando como um forte amortecedor dos danos sociais e económicos da crise. Mas, para além destes desafios recorrentes, atualmente temos os desafios relacionados com a sustentabilidade. Não que o problema em si seja novo, mas o grau de consciência social sobre o problema ambiental subiu muito nos últimos tempos e as entidades reguladoras e de supervisão passaram a dar-lhe uma atenção maior. Este foco, bem como a aceleração da

digitalização, com as alterações de processos e de relações sociais que acarreta, são as novas grandes linhas de desafios.

Como economista acredita que a subida da inflação é temporária ou é permanente? E que impacto pode ter nos juros?

Aquilo a que estamos a assistir é uma subida de vários preços, o que, só por si, não constitui inflação já que esta é a subida contínua e sustentada do nível de preços. As subidas tanto podem representar um ajustamento de preços relativos entre

MESA REDONDA

 O Jornal Económico

SECTOR FINANCEIRO EM PORTUGAL

2022

RISCOS

E OPORTUNIDADES

11 MARÇO | 15H00

15h00 | **Nota de boas vindas**, por Nuno Vinha, subdiretor do Jornal Económico

15h05 | **PAINEL: OS DESAFIOS DO SECTOR FINANCEIRO EM 2022**

Pedro Mata | Deputy CEO do Banco Credibom

Telmo Santos | CEO da euPago

Pedro Ferreira | Head of Payments & Consumer Credit na Asseco PST

Manuela Nina Jorge | Presidente do CA da Agrimútu

António Faria | Head of Business Management and Consulting da Natixis em Portugal

Moderação: **João Costa**, jornalista, O Jornal Económico

Tópicos

- Cenário macroeconómico em 2022
- Desafio da digitalização e novos hábitos de consumo dos clientes
- Desafio da atração e retenção de talento
- ESG: papel do sector financeiro na promoção de práticas sustentáveis por parte das empresas
- Papel da supervisão numa altura em que o sector está a ser transformado pela digitalização
- Haverá movimentos de consolidação no sector?

Powered by:

 Credibom

 euPAGO
INSTITUO DE PAGAMENTOS

 ASSECO PST

 Agrimútu

 NATIXIS

Acompanhe em direto na plataforma multimédia JETv, em www.jornaleconomico.pt

vários sectores, produtos e serviços, um ajustamento pontual do nível de preços, ou o início de um processo recorrente de subidas, que, esse sim, será inflacionário. Neste momento, os analistas e as autoridades estão ainda numa atitude expectante, (nalguns casos talvez até com base no que gostariam que fosse o cenário). Mas há já indícios preocupantes. Uma parte desta subida decorre do choque da crise pandémica e do seu impacto nos circuitos económicos. Do estrangulamento das cadeias de valor, por um lado, e, por outro, do impacto dos estímulos à economia na procura e que a desfasou da capacidade imediata de reação da oferta, também ela afetada pelas restrições da pandemia. E ainda do desafio da digitalização, acelerado com a pandemia, e que tem criado escassez de trabalho qualificado nalgumas atividades. Mas, reitero, neste momento ainda estamos num cenário enevoado quanto ao problema. O que lhe pode dar a natureza inflacionária é se houver uma reação generalizada que desencadeie uma espiral de subida generalizada de preços e salários.

Até que ponto é que os bancos podem ser afetados?

Relativamente à banca, a eventual subida dos juros fá-los-á aproximar de níveis historicamente razoáveis e, portanto, entrar num cenário de normalização histórica face à circunstância longa que vivemos, de uma certa anormalidade, que são taxas de juro extremamente baixas e mesmo negativas. Um processo de normalização de taxas de juro “normalizará” a margem financeira dos bancos. Haverá outros aspetos menos simpáticos da “normalização” das taxas de juro, porque isso vai também aumentar os encargos para as pessoas e para as empresas endividadas. Espero que os vários agentes tenham tido uma atuação racional de se precaverem para um cenário que, mais cedo ou mais tarde, seria inevitável. Portanto, pelo menos nesta fase, e tanto quanto é possível ver, não antecipo nenhum problema preocupante nessa frente. É óbvio que vai haver sempre, como há em todas as situações, gente – empresas e famílias – a quem os acidentes da vida atrapalham os planos e podem criar situações que não tinham sido previstas.

E em relação à subida da dívida

soberana e o impacto que isso pode ter na carteira dos bancos, já que foram “engordando” a sua carteira de ativos com dívida do Estado português?

Começo por recordar que tanto quanto a minha memória consegue ir, e tirando o caso grego, não houve, mesmo durante a crise financeira, nenhum Estado europeu que deixasse de pagar as suas dívidas ou interrompesse o seu serviço. Não será agora, tendo em conta o muito que se aprendeu com os erros do passado. Já se aprendeu o suficiente para haver mecanismos de prevenção mais eficazes. Não querendo fazer juízos coletivos, porque aquilo a que chamamos banca é um conjunto de bancos, quero crer que a gestão de cada uma das instituições tenha também tido a precaução de estar devidamente almofadada para essa circunstância.

Considera que a banca portuguesa já integrou por completo os critérios ESG (environmental, social and corporate governance) nos seus planos de negócio?

Não há banca, há bancos. Há bancos que estarão melhor preparados, e há outros que estarão em processo de melhorar. Aquilo de que estou convencido é que todos se vão preparar porque é do seu próprio interesse de sobrevivência, se quisermos esticar o argumento. Portanto é inevitável que tenham de os incorporar, mais cedo ou mais tarde. Para a banca, o desafio virá sobretudo através do grau de exposição e do grau de vulnerabilidade que os seus clientes tenham a esse tipo de riscos.

O vice-presidente do BCP disse que no futuro a banca vai ter dificuldade em financiar as empresas menos sustentáveis. Concorda?

Os riscos de sustentabilidade para o setor bancário virão sobretudo dos seus clientes. Isso terá de ser incorporado nas matrizes de risco da avaliação dos bancos. É do interesse das próprias empresas ajustarem-se a essas necessidades e fazerem o seu caminho de adaptação. Estou convencido de que os bancos vão ser também agentes dessa transformação na sua interação com o resto da economia, vão ser conselheiros dos seus clientes, no sentido de os ajudar a responder a esse desafio, porque esse vai ser um desafio coletivo.

A banca vai ter um ponderador de capital maior se a empresa tiver carbono na sua produção?

Não sei à priori, porque isso vai depender das regras que vierem a ser impostas pela regulação. Agora tenho sempre a esperança de que, mesmo às vezes quando há grandes entusiasmos circunstanciais, o bom senso acabe por prevalecer. Espero também que os mapas de riscos físicos que vierem a ser estabelecidos tenham o cuidado de não induzir a ideia de tornar Portugal num “país evitável”. Não podem vir a ser criadas regras que tornem, à partida, as atividades em Portugal pior qualificadas do que noutras geografias, que, eventualmente, consigam melhor tratamento nos mapas desses riscos. Assim como também não fará sentido que as regras que venham a ser impostas sobre os consumos de capital penalizem o investimento em Portugal, tornando mais vantajoso para os bancos em Portugal investir fora do país. Estou intencionalmente a esticar um argumento para chamar a atenção de possíveis exageros que é preciso prevenir. Creio que é do interesse de todos – desde as autoridades políticas, aos reguladores, aos intermediários, às empresas, aos cidadãos –, que Portugal continue a ser um país viável, desejável e com futuro promissor.

Regista-se um aumento dos empréstimos para habitação por parte da banca. Isto poderá ser uma preocupação?

Não necessariamente. Primeiro porque têm garantias reais. Depois, porque é uma área onde os bancos estão mais do que experimentados a avaliar risco. É óbvio que, como em todos os percursos, haverá acidentes, mas não antecipo mais do que isso. A questão é saber se os acidentes têm impacto sistémico ou não. Não antecipo que o tenham.

O Banco de Portugal apertou os prazos no crédito da casa. Esta recomendação é útil ou pode condicionar a concessão de crédito à habitação? Consequências dessa medida para os NPL?

Não creio que daí venham grandes efeitos sociais. Admito até que a preocupação maior que terá levado o BdP a ter esse tipo de ação é que, estatisticamente, Portugal

aparece um pouco como outlier na comparação estatística com outros países, com prazos mais elevados e isso na fotografia geral pode parecer menos agradável. Creio que esse terá sido o principal motivador da medida. Não creio que tenha sido pedida ou desejada pelos bancos.

Obviamente que o prazo mais longo permite encurtar a mensalidade. O efeito será mais perceptível nas camadas mais jovens, quando se endividam pela primeira vez, porque um prazo mais longo, lhes permite atenuar a mensalidade de entrada nesse mercado.

Os bancos têm estado a apostar no crédito ao consumo. Não considera que isso pode ser um fator de risco para a qualidade da carteira?

Temos a economia a crescer, é natural que isso se traduza num maior volume de crédito, quer oferecido, quer pedido. Toda a concessão de crédito envolve risco, é da natureza da operação. Do lado da oferta, os bancos estão suficientemente treinados e habilitados a avaliar e ponderar os riscos em que podem incorrer e cada um terá o seu próprio apetite de risco. Os bancos não concederão crédito sem fazerem uma avaliação prévia das condições do cliente e de o ajudarem a fazer a simulação da sustentabilidade para a sua vida. Mas isto não evita que haja acidentes que baralham os planos dos clientes e os colocam em situação difícil. Incomoda-me ver algumas vezes juízos paternalistas sobre as pessoas. Parto do princípio de que as pessoas que pedem crédito fazem contas às possibilidades que têm. Sei que os bancos também fazem as suas contas e têm regras estritas para o fazer, e que é do seu interesse aconselharem os clientes no caminho da sustentabilidade financeira.

Os bancos já fizeram o seu trabalho na limpeza do malparado?

Acho que sim. Uns, mais, outros em processo. Se se recordar, quando as moratórias acabaram e houve uma grande ansiedade, a resposta que os bancos deram quase unanimemente é que não antecipavam nenhum sobressalto, macroeconómico ou de sustentabilidade financeira. Isto sem prejuízo de reconhecerem que pode haver situações pontuais insuperáveis. Atender a

essas situações mais difíceis, de empresas e famílias, é o papel do Estado. As indicações que tenho - não tenho acesso a informação que não seja pública - é que não há nenhuma preocupação significativa nessa frente. Tanto mais que a economia tem vindo a responder. Temos um nível de desemprego baixo. A atividade está a recuperar e isso por si é um adicional de segurança.

O que é preciso para melhorar a rentabilidade? A redução de custos é feita na banca através da redução do número de pessoas e do encerramento de balcões?

Para melhorar a rentabilidade a banca tem de aumentar as receitas e diminuir os custos. Portanto tem de ter uma maior racionalização de custos e tem de alargar as suas fontes de rendimentos.

Olhando para o mundo em geral e para os países mais próximos de Portugal isso tem sido uma tendência. Isto não é um fenómeno particular dos bancos portugueses ou da banca ibérica é um fenómeno da banca em geral e decorre, em grande parte, das transformações tecnológicas que foram aceleradas pela pandemia. Por um lado, a digitalização dos processos e dos canais de contacto dos clientes com os seus bancos tornaram redundante a elevada rede de agências. A redução de custos nunca será um processo totalmente concluído porque estas coisas estão sempre em movimento.

A redução de pessoal vai continuar na banca?

Mesmo em relação ao redimensionamento dos quadros de pessoal, e ainda que aquilo que tenha sido mais visível tenha sido a redução líquida do número de pessoas, há um fenómeno a que não podemos ser alheios, que é o facto de ter havido uma redução de um determinado número de funções e o aumento de outras. Hoje em dia a banca tornou-se numa atividade muito mais tecnológica, o que a leva a necessitar de recursos humanos com maior formação tecnológica e com menos talento analógico. E que se traduz numa recomposição e não apenas numa redução.

Recentemente o CEO do BPI disse que as comissões são necessárias num ambiente de taxas negativas, mas que a subida das comissões estaria perto do fim. Concorda? Se o CEO do BPI, que está no terreno, diz

isso é porque sabe. Mas o desafio essencial dos bancos é a rentabilidade. Culturalmente tem vindo a ser criada uma adversidade à ideia de lucros elevados, no entanto, numa economia de mercado - que é aquela em vivemos e a que melhor satisfaz as aspirações de bem-estar social da humanidade em geral e que ajudou a reduzir os níveis de pobreza no mundo - há uma lógica intrínseca, que é a necessidade de atrair recursos, nomeadamente capital. É importante haver capital para atrair talento e criar valor.

A rentabilidade baixa compromete o futuro da banca?

As empresas, para captarem capital, têm de oferecer uma rentabilidade adequada, que seja superior ao custo desse capital. Sem atrair capital, não conseguem expandir a atividade e isso compromete o crescimento das próprias empresas que dependem do crédito bancário. O que temos hoje é que a rentabilidade dos bancos tem estado aquém do custo do capital. O que significa que se os bancos não superarem essa barreira vão ficar condicionados no seu crescimento e limitados no apoio à expansão da economia. Enfatizo a importância do apoio às empresas que depois vão criar valor, emprego e PIB. Precisamos de ter bancos sólidos e rentáveis com capacidade para apoiar a expansão das empresas. Mas para olhar para a rentabilidade não nos podemos focar no volume dos lucros porque o que conta é a relação dos lucros com o capital investido.

Está a dizer que devemos olhar para o ROE e não para os resultados líquidos...

A banca hoje é dos sectores que tem mais capital investido na atividade e, portanto, tem de ter lucros mais altos para ter uma rentabilidade satisfatória. Os lucros, só por si, não dizem nada; tem que se ver a taxa de rentabilidade (lucros/capital). Há outros setores com menos lucros do que a banca, mas com taxas de rentabilidade muito mais elevadas, porque têm menos capital investido.

Os bancos estão a regressar aos dividendos. Considera que o estão a fazer de uma forma prudente? Poderá haver algum excesso depois do travão imposto pelo BCE? Acho desejável que os bancos com condições para isso, possam distribuir divi-

ENTREVISTA

dendos. As empresas têm de distribuir dividendos, pois é essa a razão pela qual os investidores nelas aplicam capital: para obter um retorno. A prudência que tem de haver na distribuição de dividendos na banca resulta da especificidade que tem a sua atividade. Por exemplo, quando certas decisões no curto prazo gerem imparidades mais tarde. O curto prazo pode dar uma imagem distorcida da criação de valor, como ocorreu no caminho da crise financeira. Mas hoje estão criadas as salvaguardas para que isso não aconteça.

Os bancos estão preparados para o regresso das almofadas de capital regulatório que deixaram de ser exigidas temporariamente pelo BCE na resposta à pandemia. Não considera que o capital possa ser um trigger para provocar fusões entre bancos?

Os bancos tinham obrigação de antecipar o regresso das almofadas e por isso terão tomado as devidas precauções. A capacidade de atrair capital para apoiar o desenvolvimento é a questão crucial e por isso os bancos têm de ter rentabilidade. Obviamente que se houver individualmente instituições que não consigam responder a esse desafio ficam mais vulneráveis. A análise de movimentos de consolidação não pode ser feita olhando apenas para o nosso retângulo, porque fazemos parte de um mercado europeu e de um mercado global e todos os participantes nesse mercado estarão permanentemente a analisar as oportunidades e as ameaças que esse mercado lhes oferece. No que respeita ao mercado português, posso apenas dizer que me parece bem servido.

Quais são, não sua opinião, os custos de contexto de um banco em Portugal?

A banca portuguesa está sujeita a desvantagens competitivas, com origem em regras nacionais, que são contraproducentes até para o interesse final das autoridades que as criam e mantêm. Começando pela fiscalidade. A banca está sujeita a um conjunto de exigências fiscais e parafiscais sem paralelo noutros sistemas bancários com que concorre. Isso decorre muito do enviesamento de se olhar para o volume de lucros sem atender à (baixa) rentabilidade. Criou-se a contribuição extraordinária num contexto



de crise económica, que depois foi superado, mas a contribuição manteve-se.

E sobre as contribuições para o Fundo de Resolução?

Criou-se a ficção do Fundo de Resolução e da necessidade de os bancos “bem comportados” pagarem as suas intervenções, através de contribuições extraordinárias para o Estado. As intervenções que foram feitas nos bancos [BES e Banif], foram-no por interesse público e já foram refletidas nas contas do Estado (quer no Orçamento, quer na dívida), pois o Fundo de Resolução é uma entidade do Estado e consolida com o Estado. As contribuições extraordinárias a que a banca está hoje obrigada são receitas que ocorrem aos Orçamentos actuais, são receitas para financiar as despesas contemporâneas. São, do ponto de vista económico, e independentemente da paramentação jurídica que lhe ponham em cima, impostos extraordinários que incorporam o orçamento das administrações públicas e que servem para financiar a despesa contemporânea. Fazem parte da gestão orçamental anual. Como tal são um imposto corrente que incide específica e injustamente sobre a banca. Não tem base moral ou racional aceitáveis e cria uma desvantagem concorrencial face aos bancos que podem operar em Portugal, sem estar cá localizados, e concorrem em vantagem – com menos custos (menos impostos) – nos negócios de menor risco da atividade bancária.

Isso é uma desvantagem competitiva...

Hoje em dia, os bancos portugueses quando abrem a porta no início do ano, sem terem ainda qualquer negócio, já têm um custo em cima – uma espécie de “imposto de porta aberta”. Entram numa corrida com um saco de tijolos às costas. Para assegurar a rentabilidade necessária para atrair capital e poder servir a expansão da economia, são obrigados a um esforço maior de captação de receitas – preço dos serviços prestados – e de redução de custos (incluindo reduções de pessoal]. Ou seja, toda a economia acaba por sofrer as consequências dessa fiscalidade discriminatória sobre a banca e daí esta ser contraproducente para o interesse final das autoridades.

O Governo criou uma contribuição adicional de solidariedade sobre o setor



bancário em 2020 para financiar a segurança social. Acha que ambas as contribuições vão manter-se no OE de 2022?

Esse é outro. Foi criado numa situação de crise pandémica e hoje em dia não tem sequer a justificação que o criou e continua a manter-se porque é uma receita corrente do Estado. E mais uma vez é uma discriminação sectorial já que é discutível sobre se deveria ter incidido apenas sobre a banca. Eu acredito sempre que, mais cedo ou mais tarde, o bom senso prevalece e que o Governo terá o bom senso de perceber a iniquidade que isto envolve, nomeadamente por desfavorecer as entidades que estão localizadas em Portugal e estar assim a favorecer o desvio da atividade bancária para fora do país, favorecendo a deslocalização de empregos, de criação de valor e da base fiscal. Embora também perceba as dificuldades dos decisores políticos. A forma habitual de resolver estas contradições é adoptar processos de transição, com gradualismos.

Se tivesse de fazer uma antevisão qual

seria, na sua opinião, o modelo de negócio dos bancos? Os banqueiros têm falado de uma banca de “parcerias”...

Cada banco vai ter de adaptar o seu modelo de negócio às novas exigências e cada um pode optar por caminhos diferentes, essa é a essência da concorrência numa economia de mercado. Não têm de chegar todos ao mesmo modelo de negócio. A única coisa que me parece certa é que a banca vai ser mais tecnológica no futuro. Agora há coisas que não antevejo que mudem. A banca existe para intermediar crédito, para captar recursos e emprestar a quem precisa. Se esta função deixar de existir, deixam de ser bancos para passarem a ser outra coisa. Os processos para fazer a intermediação de crédito é que provavelmente irão mudar e aí a componente tecnológica será maior e com maior utilização da inteligência artificial. A própria forma dos pagamentos e de transferências vai ser mais digital.

Como é que os bancos reagem a esses novos desafios?

Ou desenvolvem as novas capacidades internamente ou obtêm-nas no exterior,



ENTREVISTA

A forma de assegurar que as novas moedas digitais oficiais vão produzir um bem maior sem criar um mal maior é, pois, o desafio que está em cima da mesa. Tem de ser assegurado que o remédio não mate o doente. Isto é, que não tem efeitos colaterais mais adversos do que os benefícios visados.

Não nos podemos esquecer que quer o numerário, quer as criptomoedas são instrumentos preferidos das transações anti-sociais – marginais, criminosas, ou de evasão fiscal e por isso percebo a preocupação das autoridades.

Considera que a Plano de Recuperação e Resiliência, num país com maioria absoluta, é uma oportunidade?

Obviamente que o PRR é uma oportunidade importantíssima. O país tem todo o interesse em tirar o maior partido dela. Se não for assim, a geração vindoura não perdoará à geração atual ter desperdiçado esta oportunidade. Relativamente à questão da governabilidade, a existência de uma maioria absoluta num partido historicamente moderado torna mais fácil concretizar os programas e os objetivos, uma vez que fica mais livre de constrangimentos mais radicais. Mas o resultado concreto vai depender da vontade política e, sobretudo, dos mecanismos de governance que sejam postos em prática. Porque uma das maiores vulnerabilidades do nosso país é a qualidade da governance, pública e privada.

Na sua perspetiva o Banco de Fomento tem um papel importante para as empresas e tem corrido bem a convivência com o setor bancário?

Se a iniciativa de criar o Banco de Fomento é boa ou má vai depender dos resultados. O ideal que motivou a criação da instituição foi bom. Na convivência com o setor bancário não há nenhuma adversidade, cada um tem a sua missão e ambas se complementam. Há um potencial de desenvolvimento de sinergias entre os bancos e o Banco de Fomento que é favorável ao país.

O Banco Português de Fomento pode vir a ser associado da APB?

O BPF é uma sociedade financeira e não um banco. O problema nunca se colocou.

através de parcerias ou aquisições. As fin-techs vieram trazer desafios e contributos novos que podem ser um instrumento de uma futura miscigenação de espécies dentro do ecossistema bancário. Já as ameaças que vêm das grandes plataformas são de outra natureza, porque são ameaças ao próprio ecossistema. As fin-techs são uma nova espécie que entrou no ecossistema existente e levará a um ajustamento num novo equilíbrio sistémico. Mas as big techs são um novo ecossistema que ameaça o ecossistema existente. O que há que assegurar, em ambos os casos, é que a regulação é justa e, portanto, semelhante para todas as actividades equivalentes. O que hoje acontece é que a regulação sobre as novas actividades, é muitíssimo menor e mais permissiva do que a da atividade bancária e isso desnivela bastante o terreno concorrencial, quer dentro do ecossistema bancário, quer entre os dois ecossistemas. Espero que os reguladores corrijam rapidamente esse desnível.

Mário Centeno disse recentemente que o objetivo do euro digital é que

complemente, mas não substitua o numerário. Quer comentar?

O euro digital é inevitável, mas o formato final ainda não é claro. O impacto do euro digital, no seu total, é neste momento imprevisível. Uma das preocupações dos bancos centrais é a concorrência das criptomoedas ao numerário. Hoje em dia há uma limitação na conversão dos depósitos em numerário, por razões físicas. A partir do momento em que o numerário se transforma em digital, deixa de haver essa limitação física, o que possibilitaria, a qualquer momento, e em extremo teórico, que todos os recursos bancários se pudessem converter em moeda digital. Transformar todos os depósitos bancários em moeda digital do banco central implicaria que os próprios bancos centrais tivessem de ter uma dimensão incomensurável que os tornaria quase ingeríveis, pois nesse caso, teriam de passar a gerir centenas de milhões de clientes o que é em si uma dificuldade prática. Por outro lado, tornaria mais difícil a atividade de crédito à economia. Isto não é o desejo de ninguém, porque teria resultados contraproducentes.

Banca em 2022 obrigada a operar num ambiente de incerteza económica

O mundo passou de repente de uma expectativa de subida dos juros face à subida de inflação que ajudaria à receita dos bancos para um cenário potencial de recessão económica decorrente das sanções à Rússia que adiam eventuais mudanças na política monetária.

O mundo voltou a mudar quando no passado dia 24 de fevereiro estourou o conflito entre a Rússia e a Ucrânia com a intervenção militar de Putin no país vizinho. De repente a subida das taxas de juros pelo BCE, que até aí era vista como provável, voltou a desaparecer no horizonte.

Vítor Constâncio, ex-vice presidente do BCE, foi dos primeiros a alertar que as economias europeias irão entrar em recessão por causa do conjunto alargado de sanções à Rússia e recomendou que os membros mais críticos da estratégia acomodatória do Banco Central Europeu (BCE) devem rever as suas posições perante esta ameaça ao crescimento económico.

Gerir um eventual cenário de baixo crescimento económico e elevada inflação é um dos maiores desafios da economia em 2022 e bem assim da banca.

Este será também o ano do Plano de Recuperação e Resiliência e uma fonte do sistema bancário lembrou que “os bancos vão ser chamados a criar ofertas para apoiar a empresas que necessitem de condições para poderem vir a aceder a oportunidades do PRR”.

Na lista de desafios para 2022 surge à cabeça um risco de aumento da sinistralidade do crédito, decorrente da saída das moratórias e da redução do crescimento económico, previsto em face do conflito militar entre a Rússia e a Ucrânia. “Há que ver o efeito que as alterações recentes, o conflito geopolítico no Leste, a subida das matérias-primas e a disrupção nos custos energéticos irão ter em alguns sectores”, refere fonte da banca.

No entanto, fontes do sector não acreditam que esse aumento do malparado seja já sentido este ano, mas sim no próximo ano.

Portanto “continuar a acompanhar e apoiar os créditos que tiveram moratória, apoiando famílias e empresas que possam vir agora a sentir dificuldades em encontrar soluções atempadas para evitar incumprimentos”, é uma das principais missões dos bancos este ano, segundo fonte.

“Há ainda que contar com as novas regras de backstop que implicam a imparização acelerada de certos créditos convidando à venda mais agressiva de NPLs e imóveis recebidos em dação”, alerta, por seu turno, outro dos banqueiros.

No que toca às receitas, a banca, que já estava a contar com uma subida moderada e gradual das taxas de juros naquilo que chamavam de movimento de “normalização” dos juros, volta a ter de encarar o cenário de prolongamento de taxas de juro baixas em face do menor crescimento económico. “Com as indicações que o BCE tem dado, e agora com a crise da Ucrânia, a haver subida, é provável que seja lenta e estando as taxas em níveis negativos até chegarem a causar impacto o mais provável é que já não seja em 2022”, defende uma fonte da banca.

Por sua vez, outro dos responsáveis do sector lembrou que eventual uma subida de taxas de juro será benéfica a prazo para a receita dos bancos de retalho, mas esses benefícios só se verão num horizonte de dois anos, já que no imediato a subida dos juros pode até deteriorar a carteira de

dívida pública. “Quer por via da subida da taxa de juro, mas sobretudo pela subida do spread de crédito da República”, defende um dos banqueiros contactados pelo JE. A mesma fonte acredita que “globalmente vai ser positiva a subida dos juros, sobretudo para os maiores bancos do crédito à habitação”, como por exemplo a CGD.

“Lidar com a incerteza relativa aos ajustamentos (e o ritmo) da política monetária do BCE, nomeadamente com o eventual fim do TLTRO III [operações de financiamento de longo prazo], alterações à presença no mercado obrigacionista, e incerteza quanto à evolução do tiering”, é outro dos desafios segundo outra fonte da banca. Recorde-se que em setembro de 2019, o Conselho do BCE anunciou a introdução de um sistema de dois níveis para a remuneração de reservas excedentárias (tiering), com o objetivo de apoiar a transmissão da política monetária através dos bancos e, assim, salvaguardar o contributo positivo da política de taxas de juro negativas para a orientação acomodatória da política monetária.

O desafio mais relevante para a banca continua a ser o da rentabilidade. Com um ROE (rentabilidade dos capitais próprios) de menos de 10%, e com um custo do capital acima disso, a capacidade de atrair capital fica comprometida. “As empresas, para captarem capital, têm de oferecer uma rentabilidade adequada, que seja superior ao custo desse capital”, defende o presidente da Associação Portuguesa de Bancos (APB).

O outro desafio da banca cruza-se com o da sociedade em geral e é o desafio do ESG (environmental, social and corporate governance). A banca portuguesa já integrou por completo os critérios ESG nos seus planos de negócio? Essa é a questão

De repente a subida das taxas de juros pelo BCE, que era vista como provável, voltou a desaparecer no horizonte



que irá ocupar os gabinetes dos gestores dos bancos nos próximos anos. Esse desafio vai influenciar a banca e alterar as políticas de crédito no longo prazo. Recentemente o vice-presidente do BCP, João Nuno Palma, disse em entrevista ao JE, que no futuro a banca vai ter dificuldade em financiar as empresas menos sustentáveis e que os bancos vão passar a ter de reconhecer os riscos climáticos dos clientes.

Portanto, apoiar as empresas suas clientes que estão a necessitar de evoluir para se ajustarem às dificuldades nas cadeias logísticas e aos crescentes requisitos ESG, está entre os principais desafios da banca.

Este ano o desafio são os testes de stress climáticos que darão mais importância a essa componente. “Quero crer que os próprios testes de stress terão também uma função pedagógica, que avaliem as vulnerabilidades que terão de ser ultrapassadas, e daí decorra um calendário e condições para a sua superação. E que, se houver algum problema não se passe de imediato a situações penalizadoras. Acredito no bom senso”, defendeu o presidente da APB.

A consultora Roland Berger concluiu num estudo recente que o Covid foi um acelerador da mudança no sector, mas não alterou estruturalmente os modelos de negócio – os clientes continuam a adaptar-se a um ritmo mais rápido que os Bancos, criando espaço a novos operadores de mercado. Portanto, os desafios da digitalização mantêm-se na agenda. “Ter colaboradores com as competências e capacidades neces-

sárias em qualidade e quantidade para a transição digital”, é desses.

Volta a estar em cima da mesa o tema da fragmentação da cadeia de valor que está a aumentar o que torna relação com os clientes num espaço cada vez mais competitivo. Donde “a banca de parcerias”, nomeadamente com fintechs, poderá assumir um papel relevante este ano.

O rácio de capital é o outro desafio do sector. Fonte de um dos maiores bancos explicou que “em final de 2022 os rácios de capital voltarão aos níveis regulatórios de antes da pandemia”. Os bancos têm de estar preparados para o regresso das almofadas de capital regulatório que deixaram de ser exigidas pelo BCE na resposta à pandemia. Isto pode pressionar algumas instituições a aumentar o capital ou a qualidade do capital. Desde logo os bancos vão ter de continuar a responder aos requisitos regulatórios (MREL - (Minimum Requirement for own funds and Eligible Liabilities) e resultantes do SREP - Supervisory Review and Evaluation Process (pilar II).

“Haverá a necessidade de manter a almofada de solvabilidade (o famoso MREL) que pode implicar emissões de obrigações num mercado impróprio para cardíacos”, refere um dos banqueiros ao JE. Aqui, será mais difícil para os bancos mais pequenos que terão mais exigências de capital e menos acesso aos mercados. No leque dos grandes bancos os requisitos de capital podem ser um tema do BCP e do Novobanco por causa da apertada al-

mofada de capital de ambos. No caso do BCP a ausência de fortes acionistas para investir no banco em eventuais aumentos de capital pode ser um obstáculo. Este será um começo exigente do segundo mandato de Miguel Maya que arranca este ano. Além do problema desencadeado pela necessidade contínua de constituir provisões para os riscos de litigância dos clientes com créditos em francos suíços na Polónia, para sobre a cabeça do BCP outro machado – os ativos por impostos diferidos (DTA) ao abrigo do regime especial trazem incorporado um risco de o Estado entrar no capital do banco privado caso a instituição registe prejuízos nas contas individuais. Miguel Maya não pode correr esse risco.

Também a relação entre acionistas do Novobanco será um tema de 2022 com um elefante na sala que é o acordo de capitalização contingente (CCA) assinado em 2017 e que ainda tem capital disponível. Se o Novobanco tiver de aumentar o capital por força das exigências regulatórias terá de recorrer ao CCA, tal como o Jornal Económico noticiou. Mas, em reação, o Governo e o Fundo de Resolução já vieram afastar esse cenário.

Este será também o ano onde se verá quão bem-sucedido foi o “turnaround” do Novobanco (vai ter de receber da Comissão Europeia a certificação de que o plano de reestruturação está concluído) e se caminha para se tornar um player comprador ou se o seu acionista, a Lone Star, está a preparar o caminho para vender o banco.



A KPMG Portugal tem uma Partnership composta por 63 membros e integra 1300 colaboradores, nos escritórios de Lisboa e Porto, que de forma apaixonada e com propósito trabalham lado-a-lado com os nossos clientes, combinando abordagens inovadoras com uma vasta experiência, de forma a entregar resultados efectivos.

A rede global da KPMG está presente em 146 países e territórios e em 2020 teve cerca de 227 mil profissionais a trabalhar nas firmas membro a nível mundial.

A KPMG Portugal é, actualmente, liderada por:

- » **Vitor Ribeiro**
(CEO/Chairman)
- » **Luís Magalhães**
(Head of Tax)
- » **Nasser Sattar**
(Head of Advisory)
- » **Paulo Paixão**
(Head of Audit)

SÓCIOS

- » Rodrigo Lourenço
- » Ricardo Rosa
- » José Ratinho
- » João Sousa
- » Pedro Loureiro
- » João Madeira
- » Pedro Penedo
- » Alexandre Correia
- » Rui Gonçalves
- » Pedro Dias
- » Miguel Afonso
- » José Nunes
- » Hugo Cláudio
- » Filipe Grenho
- » Miguel Baptista

EQUIPA

- » Audit FS 70
- » MRC 77
- » Tech 182
- » Deal 22
- » Forensic 28

www.kpmg.pt

Os novos desafios e as oportunidades que estão a moldar o sector financeiro



Rodrigo Lourenço
Partner e Head
of Financial
Services da KPMG

Novos desafios e oportunidades estão a moldar o sector financeiro – do Crescimento à Eficiência operacional; da Inteligência Artificial ao Data Analytics; das Fintech & Insurtech às Open Platforms; da Blockchain & Digital Assets ao Cyber-risk; das alterações no Customer behaviour às evoluções da Workforce; sem esquecer, naturalmente, o imperativo dos princípios ESG. As instituições financeiras têm de dar resposta a todos estes desafios, enquanto lidam e operam num contexto económico e regulatório de grande competição, exigência e em permanente evolução.

É ainda inevitável referir o profundo impacto no sector financeiro provocado pela pandemia Covid-19 e pelas respostas dadas pelos vários agentes económicos (públicos e privados) à crise sanitária e económica. Entre vários factores destacamos (i) a moratória de crédito (que em Portugal se revelou de extrema importância para famílias e empresas); (ii) o acelerar da transição para o digital da interacção com clientes e das operações internas; e (iii) as novas formas e métodos de trabalho (remoto/híbrido). Por outro lado, um dos principais factores a moldar o sistema financeiro nos próximos anos será a antecipada subida das taxas de juro e os seus efeitos na economia e nos balanços das instituições (eg. melhoria da margem financeira, pressão sobre a valorização de alguns activos financeiros).

E, finalmente, no seguimento do conflito armado que deflagrou e se vive actualmente na Ucrânia, existirão certamente impactos ainda difíceis de es-

timar, mas parece razoável assumir que serão profundos, duradouros e com impacto global.

A KPMG tem uma equipa de profissionais multidisciplinar (Audit, Advisory e Tax) exclusivamente dedicada a apoiar instituições financeiras a gerir os desafios e a maximizar o valor das oportunidades que se colocam. As nossas equipas de Audit & Assurance, Management & Risk Consulting, Technology Consulting, Deal & Strategy Advisory e Tax são reconhecidas, nacional e internacionalmente, como líderes nas suas áreas de actuação, pela sua expertise, experiência e capacidade de desenhar e implementar soluções integradas e inovadoras.

O compromisso da KPMG com o sector financeiro

Investimos continuamente em pessoas, tecnologias, bases de dados e metodologias, com o objectivo de servir as instituições financeiras com soluções inovadoras e integradas.

Diferenciamos-nos pelo profundo conhecimento e experiência no sector financeiro e pela capacidade única de assessorar os nossos clientes na persecução dos seus objectivos.

Colaboramos com bancos, seguradoras, instituições de pagamentos, gestores de activos e mercado de capitais nas mais variadas dimensões (não exaustivo):

- Estratégia, M&A e integração post-merger;
- Redução de custos, desenho organizacional e enhancement de modelo operativo;
- Aumento de receitas, customer experience;
- Transformação digital, data & analytics, robotização e IA;
- Regulação, gestão de risco e cyber-security;
- Governance, auditoria e controlo interno;
- Fiscalidade.

Crescimento sustentável impulsionado pela KPMG

O impacto das métricas **ESG (Environmental, Social and Governance)** está mais presente do que nunca. Na KPMG estamos comprometidos com o reforço da nossa oferta em prol da consolidação dos objectivos de desempenho sustentável das organizações – alinhando o reconhecimento da nossa responsabilidade em construir um mundo melhor. A *expertise* e o *empowerment* das nossas pessoas permitem-nos gerar mudanças mensuráveis de longo prazo, criando valor para todos os *stakeholders* na sua jornada sustentável, incluindo as comunidades em que estamos inseridos.

kpmg.pt



NextBITT focada na sustentabilidade para gerir e otimizar ativos físicos

NEXT
BITT

A NextBITT é uma empresa tecnológica 100% portuguesa que oferece uma solução inovadora vocacionada para a gestão e otimização de ativos físicos, edifícios e serviços indispensáveis ao negócio de todas as organizações. Embora ainda na sua juventude, a entrar no sétimo ano de atividade, já conta entre os seus clientes com players de referência em sectores tão diversificados como – Banca, Utilities, Transportes, Saúde, Indústria e Arenas. A NextBITT trabalha em prol do desenvolvimento constante e contínuo de uma solução técnica mais segura, eficaz e fácil de utilizar, focada no compromisso ético ambiental dos seus clientes na adoção das boas praticas de sustentabilidade, onde disponibiliza módulos de SGE – Sistema de Gestão Energética e SGA – Sistema de Gestão Ambiental, assentes na ISO 14001.

A plataforma NextBITT de gestão de Asset & Facility Management, permite de forma simples a gestão do ciclo de vida útil dos ativos físicos, digitalizando processo operacionais, integrando informação de sensores para análise de todo o tipo de consumos: energia, água, qualidade do ar (co2) dos espaços, ocupação dos espaços, entre outros.

A título de exemplo, o módulo SGA, simplifica o cumprimento da conformidade ambiental e os relatórios de sustentabilidade em toda a organização numa visão Top-Down, desde os departamentos, às infraestruturas até aos ativos físicos. Esta solução garante a gestão do cálculo da pegada carbónica, com base em toda a informação de gestão de ativos físicos: métricas de qualidade de energia, água, gás, combustíveis fósseis e rastreio de resíduos perigosos produzidos, bem como o ambiente interior dos edifícios.

Num âmbito mais lato a plataforma NextBITT coleciona automaticamente dados de sensores, calcula KPI's e rela-



Miguel Salgueiro
Founder Partner
da NextBITT

tórios, identifica melhorias de eficiência com base em algoritmos de IA.

De igual modo permite a gestão centralizada de documentos e dados de sustentabilidade de todas as áreas de negócio da empresa ou grupo empresarial o que facilita o acompanhamento em tempo real, permitindo a definição de planos de ação de sustentabilidade, desdobrados em iniciativas, tarefas e sub-tarefas potenciando o acompanhamento do seu progresso e eventuais ajustes ou alterações que visem o rápido cumprimento das metas definidas com eficácia sem por em causa a valorização dos recursos promovendo organizações mais sustentáveis.

A NextBITT conta atualmente com cerca de 40 colaboradores onde se incluem profissionais altamente qualificados e com vasta experiência no mercado e jovens talentosos, com maior consciência dos desafios atuais que em conjunto com as equipas dos clientes acompanham e asseguram, a par e passo, responder aos crescentes desafios de hoje e do futuro

nomeadamente os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 2030.

Num mundo focado nos desafios da sustentabilidade e na exigência do enquadramento legal e regulatório, empresas como a NextBITT oferecem, já hoje, as ferramentas críticas para que as organizações possam no curto prazo monitorizar e otimizar o seu impacto ambiental garantindo total transparência com todos os seus stakeholders bem como o envolvimento de todos os colaboradores na persecução dos objetivos de redução da pegada ambiental.

Acreditamos e estamos a conseguir envolver os nossos clientes nesta dinâmica da sustentabilidade, porque a tecnologia de gestão dos ativos físicos NextBITT proporciona um sem número de caminhos possíveis com aferição de resultados em tempo real, fatores críticos para promover a mudança e tornar as empresas mais sustentáveis com eficiência e propósito de contribuir para um mundo melhor.

O primeiro passo sustentável dá-se com o parceiro certo

A NextBITT garante uma gestão simples e eficaz do ciclo de vida útil dos ativos físicos, com uma organização Top Down. Uma visão global em tempo real, com a informação essencial para a gestão da pegada do seu negócio.

**NEXT
BITT**

Dê o primeiro passo com uma companhia que partilha a mesma missão.

nextbitt.com

Asset
Management

Facility
Management

IoT

Sustentabilidade
ESG

A capacidade de gestão e o conhecimento funcional são fundamentais para a excelência dos serviços de Application Management

O que diferencia os vossos serviços de Application Management (AMs) face à concorrência?

O que diferencia a nossa oferta é a flexibilidade e a capacidade de gestão das nossas equipas, aliadas ao conhecimento funcional que temos sobre as aplicações. Neste tipo de serviços facilmente podemos estar a gerir dezenas de aplicações num mesmo cliente, sendo estes fatores diferenciadores críticos para se poder lidar eficientemente com as mudanças próprias dos ciclos de vida de cada aplicação, algumas de elevada complexidade e criticidade para a continuidade de negócio do Cliente.

Para conseguir assegurar uma resposta de acordo com as expectativas do mercado é preciso possuir a experiência e sofisticação técnica/funcional para prestar um serviço de qualidade, acrescidos de níveis de eficiência elevados para conseguir oferecer um serviço competitivo. Nem todas as empresas do mercado conseguem estes requisitos, ou porque são prestadoras multinacionais que não são competitivas em preço ou porque são empresas que não têm as competências e/ou capacidade de adaptação adequadas ao desafios neste contexto.

Que tipo de serviços são disponibilizado num AM?

Num AM são assegurados tipicamente o desenvolvimento de software para melhorias (análise funcional, estimativas de desenvolvimento, desenho técnico, testes unitários e integrados), a pacotização para releases e suporte à passagem para os vários ambientes de desenvolvimento e produção, o apoio aos testes de aceitação, a resolução de incidentes e os serviços de manutenção periódica. Podem, e têm sido, disponibilizados serviços de Centros de Excelência (CoEs, responsáveis pela evolução da Arquitetura e Boas Práticas), Piquete e suporte de 2ª linha



Miguel Freire

Partner da Askblue e responsável pela área de Operations

(“Service Desk”). Cada Cliente define as torres tecnológicas que pretende implementar e o ecossistema aplicacional sobre o qual vai ser prestado o serviço.

Há serviços de AM que, no arranque ou na continuidade, ainda complementamos com competências de User Experience(UX)/User Interface(UI), Arquitetura, Renovação Tecnológica e/ou metodologias específicas de desenvolvimento e operação. Contamos ainda com uma área da askblue mais focada na manutenção aplicacional em regime de nearshore, o ATC (Askblue Technology Center), que apoia em termos de reforço da capacidade, tão necessária para a flexibilidade que se exige nos AMs.

Que tipo de clientes contratam estes serviços?

Essencialmente a Banca e, mais recentemente, um Cliente de referência no sector segurador. Temos, contudo, outros Clientes em curso noutras áreas de negócio.

Como garantem a qualidade nos vossos serviços de Application Management?

Como em qualquer desenvolvimento aplicacional, em particular os de grande complexidade como os AMs, existem sempre situações que não eram

inicialmente esperadas. Os nossos Clientes sabem que quando existem dificuldades ou desafios, podem sempre contar com a askblue para os ajudar a ultrapassar, muitas das vezes até trabalhando em equipa com diferentes áreas do Cliente. Não me recordo de nenhuma situação em que as dificuldades não tenham sido ultrapassadas.

Para a prestação do serviço, com a estrutura e dimensão adequadas, é fundamental a partilha prévia e de forma transparente pelos Clientes do histórico da manutenção aplicacional, abertura para a manutenção perfeita adequada à dimensão do AM e do Cliente e espírito de parceria que pode condicionar fortemente a qualidade e capacidade de resposta do prestador.

Como vê a evolução deste tipo de serviços na askblue?

Esperamos continuar a crescer, respondendo aos desafios que os nossos Clientes nos colocam e conquistando um maior número de novas referências de AMs. Estamos já a prepararmo-nos para esse crescimento e criamos um PMO (Project Management Office) específico de Operations onde são consolidadas todas as lições apreendidas nos vários AM, melhores práticas, processos e metodologias. O objetivo é poder replicar serviços de excelência, com as consequentes economias de escala e de gama para a companhia.

A ambição natural é complementar os serviços de Application Management com Service Management, respondendo assim a alguns desafios que temos recebido dos nossos Clientes, quer a nível nacional bem como internacional.



Retalho bancário na era digital – Partner Hub

A experiência do setor nesta forma de angariação de negócio em Portugal não é escrita de exemplos de grande sucesso em Portugal. Nos anos 90, assistimos ao lançamento de diversas redes comerciais por parte dos bancos apontadas a targets segmentados, e inclusive de balcões em regime de franchising puro. Nenhum com resultados verdadeiramente satisfatórios.

Muito mudou desde então para que o setor olhe para a delegação de competências comerciais em terceiros. Alguns exemplos de sucesso saltam à vista, como sejam a angariação de crédito hipotecário por parte das mediadoras imobiliárias; o crédito, leasing ou renting automóvel nos stands e marcas; os cartões de fidelização nas grandes superfícies com possível acesso a crédito; e, mais recentemente, fruto das imposições da diretiva PSD2 e da orientação para o crescimento da filosofia do Open Banking, as operações de pagamentos e cobranças a fintechs que as incorporam no seu portefólio de intermediação.

Contribui para isto a concentração das marcas de retalho, quer com presença física, quer em plataformas e-commerce, a tecnologia disponível e, do lado do setor, a dificuldade de criar novos canais de captação de negócio, com a tendência de redução dos balcões e a limitação que existe na angariação de novos clientes nas plataformas digitais.

Assiste-se atualmente a uma mudança do paradigma de crescimento do reta-



PEDRO FERREIRA

Head of Payments & Consumer Credit na Asseco PST

lho bancário: da orientação do passado virada para angariação, seleção e fidelização do cliente, para a orientação na angariação da qualidade da operação bancária.

Um mercado mais concorrencial levou a que os clientes selecionassem a escolha da oferta a partir apenas das vantagens financeiras e operacionais que cada um pode oferecer.

E é aqui que entram os agentes não bancários nesta equação. As grandes superfícies obtêm a fidelização pela localização. O mesmo acontece com as imobiliárias. As lojas on-line fazem-no pelo preço ou exclusividade de produto, à imagem dos stands de automóveis. As fintechs ocupam os nichos de mercado custosos de alcançar para as instituições bancárias, obtendo aí a preciosa fidelização.

Perspetivando e focando-se apenas na expansão da sua carteira de operações, será possível ao setor fazê-lo criando

ASSECO
PST

parcerias com esses agentes, proporcionando uma oferta mais agressiva. Como? Abrindo o seu negócio a estes agentes que obviamente obterão margens sobre essas operações, bem como a possibilidade de adicionarem à sua própria oferta o complemento do suporte financeiro que permite a sua comercialização. Quer seja no âmbito dos meios de pagamentos, com cartões co-branded ou private labeled; quer no acesso ao crédito ao consumo.

Por seu lado, os bancos poderão oferecer através desses canais produtos de aforramento e investimento dentro dos processos de fidelização da rede comercial que dará o acesso ao cliente final.

É aqui que entram as novas plataformas de gestão da relação com o parceiro. Sistematizando essa relação, espelhando no sistema procedimentos e validações automatizadas, gerindo contratos que habilitam e limitam essa relação. Resolvendo problemas como a autenticação, a disponibilização de produtos, o reembolso das operações, a divisão/partilha da rentabilidade das mesmas e, por fim, toda a reportabilidade analítica e operacional. Garantido assim, processos totalmente seguros, que cumprem todas as normativas de compliance e que estão operacionalmente otimizados.

A Asseco tem criado soluções para o setor financeiro há mais de 30 anos e, decorrente da observação da tendência do setor, possui mesmo uma plataforma de gestão de parceiros – Partner Hub – para endereçar estas novas necessidades.

PUB

Novas plataformas de gestão da relação com parceiros.

ASSECO

pst.asseco.com

Technology for business, solutions for people.



Euro digital vai obrigar a reinventar negócio bancário

Especialistas alertam que emissão da moeda virtual na zona euro terá de acautelar incógnitas e riscos de privacidade e segurança e manter a banca de retalho como “guardiã”.

O euro digital vai permitir a democratização do acesso a pagamentos digitais na União Europeia (UE) e será uma alternativa ao dinheiro físico sem o substituir, garantem os políticos, académicos, juristas e reguladores contactados pelo Jornal Económico (JE). Ainda assim, esta moeda virtual em formato CBDC (Central Bank Digital Currency) será revolucionária e poderá excluir do mercado as empresas processadoras de pagamentos que não se saibam reinventar num contexto financeiro sem intermediários.

“Se vier a ser emitido, o euro digital será a moeda digital do eurosistema, disponibilizada a particulares e empresas para utilização nos pagamentos de retalho. A grande diferença face aos criptoativos é que terá curso legal, ou seja, será aceite como meio de pagamento em toda a área do euro. Será uma forma de os cidadãos continuarem a ter acesso a moeda de banco central num ambiente em que existe uma crescente preferência por meios de pagamento mais digitais”, sintetiza fonte oficial do Banco de Portugal (BdP).

A eurodeputada socialista Margarida Marques reafirma que o euro, por simbolizar a integração e a prosperidade da UE, é dinâmico e está em permanente construção. Logo, deve preencher as lacunas que ainda persistem, como a acessibilidade aos cidadãos dos 19 países da zona euro a pagamentos por uma app ou a cofres online. “[Mesmo depois da pandemia] há que reconhecer que recorrem maioritariamente a pagamentos digitais os consumidores com rendimentos mais elevados. O euro digital tem de prioritariamente ser complementar ao dinheiro físico, não um seu substituto, evitando

aumentar potenciais desigualdades criadas pelo fosso digital”, alerta ao JE.

Para o advogado Tiago Correia Moreira, da área de Bancário e Financeiro, o euro digital significa a confirmação na banca da tendência de digitalização da economia e de promoção da concorrência, que se acentuou nos últimos anos. “O surgimento de novos modelos de negócio

no sector bancário, muito deles com cariz forte ou exclusivamente digital, forçam esta tomada de decisão”, explica o sócio da Vieira de Almeida (VdA), sublinhando que, para a chamada banca tradicional (a de retalho), a chegada desta moeda pode “exigir uma ainda maior reinvenção do modelo de negócio e substituição das agências bancárias por modelos de con-



tratação à distância, não presenciais”.

Na ótica dos pagamentos, fará com que todos os europeus comecem a utilizar carteiras digitais (wallets), que as caixas registadoras dos supermercados se adaptem e se massifiquem as transações digitais no quotidiano, como acontece na China com a WeChat e Alipay, exemplifica o professor Paulo Cardoso do Amaral, da Católica-Lisbon. “Consequentemente, a indústria dos processadores de pagamento vai ter de se reposicionar rapidamente, e muitos dos fornecedores de serviços vão provavelmente desaparecer por já não serem necessários no mundo peer-to-peer”, adverte o coordenador o mestrado executivo em Gestão com especialização em Inovação Digital.

É um cenário para daqui a quanto tempo, se a emissão avançar? O debate mais firme começou em outubro de 2020

quando o Banco Central Europeu (BCE) publicou um relatório sobre a possível criação de uma moeda digital nos países da moeda única. No início do verão passado, o BCE voltou a dar um ‘baby step’ nesta matéria ao publicar um relatório no qual pondera avançar para a criação deste ativo, que, tanto quanto se sabe, não pretende instituir-se como uma alternativa fundamentalista às moedas e notas, mas “ajudaria a manter a autonomia dos sistemas de pagamentos domésticos e o uso internacional de uma moeda num mundo digital”, constituiria “apenas outra forma de efetuar pagamentos na nossa moeda única” e “responderia à crescente preferência dos cidadãos e das empresas por pagamentos digitais”, de acordo com o relatório “O papel internacional do euro”. Neste momento, a instituição liderada por Christine Lagarde ainda se encontra em fase de investigação sobre este euro vanguardista, que a chegar a bom porto será num horizonte temporal de, pelo menos, quatro anos.

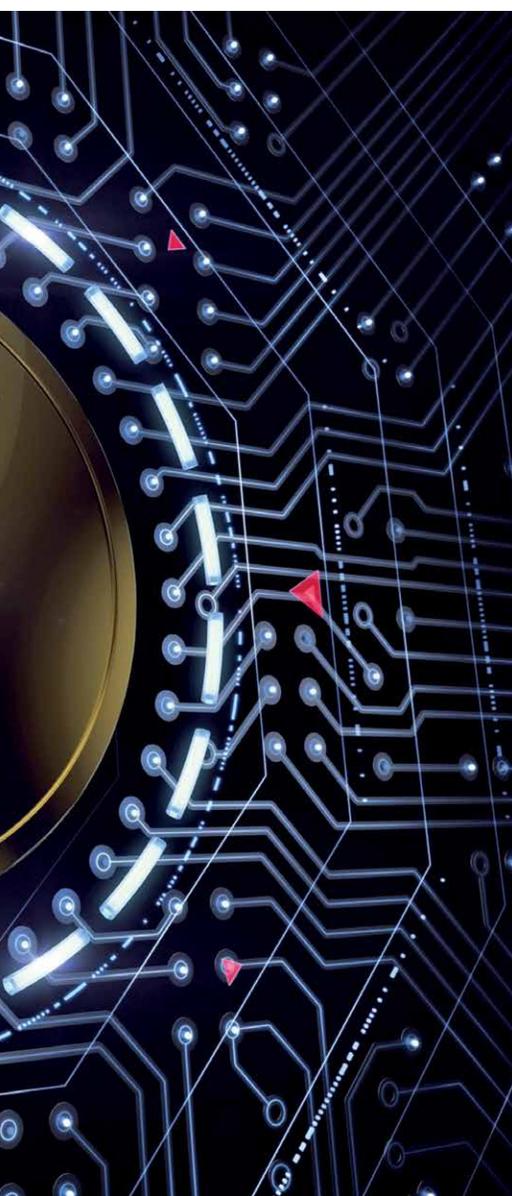
“Para os reguladores vai ser o paraíso: a banca vai poder concentrar-se naquilo que é a sua verdadeira função comercial e de apoio à economia”, assegura Paulo Cardoso do Amaral, que considera o euro digital um factor importante de evolução para os bancos europeus. Todavia, esse nível de progresso dependerá sempre de como o supervisor envolver os bancos na gestão desta “massa monetária” e os mantiver como guardiões, para não se correr o risco de perder liquidez. O acadé-

mico recorda que uma moeda tem essencialmente três funções: a transferência de valor (pagamentos), a reserva de valor e a medida de valor, enquanto unidade para estabelecer preços. Na sua opinião, este terceiro ponto é o mais relevante quando se fala em euro digital, pelas implicações positivas para as atividades económicas e “porque afinal a propriedade é sempre avaliada na moeda fiduciária”. “A partir do momento em que podemos programar a massa monetária de forma ecossistémica, dada a natureza da sua representação sob forma de criptoativo, a banca como um todo vai evoluir com as propriedades do mundo DeFi [Finanças Descentralizadas]. Vai ser uma revolução. É um mundo onde os produtos financeiros têm vida própria, executando as regras da regulação por desenho e a priori. Aliás, para os reguladores vai ser o paraíso. Isto significa que a banca vai poder concentrar-se naquilo que é a sua verdadeira função comercial e de apoio à economia”, esclarece o académico ao JE.

Para tal, é necessário acautelar incógnitas e riscos, entre os quais a segurança, a privacidade dos dados e o equilíbrio entre direitos individuais e interesse público, segundo Margarida Marques. Ou seja, deve “assentar num sistema regulatório que defina com clareza o funcionamento do euro digital” e “ser cuidadosamente desenhado de modo a evitar quaisquer efeitos indesejáveis na política monetária e na estabilidade financeira”. Portanto, será preciso avaliar bem “os ganhos potenciais em eficiência e de que forma influenciará o sistema de pagamentos já existente”, diz a deputada da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu, que faz parte da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários.

Aliás, esta é a principal preocupação dos bancos centrais, que não veem os criptoativos (bitcoin, ethereum...) como verdadeiras moedas, dada a sua volatilidade. “Um euro digital tem de satisfazer as necessidades dos cidadãos europeus e contribuir simultaneamente para prevenir atividades ilícitas e evitar qualquer impacto indesejável na estabilidade financeira e na política monetária”, conclui o BdP.

“Vai ser uma revolução. É um mundo onde os produtos financeiros têm vida própria. A banca vai poder concentrar-se na sua verdadeira função comercial e de apoio à economia”, diz professor académico



Riscos de sustentabilidade para os bancos virão dos clientes

Em 2022 os bancos sistémicos serão submetidos aos testes de stress climáticos do BCE. Mas ainda não estamos perto do dia em que os resultados desses testes irão impactar no rating dos bancos. Terão apenas uma função pedagógica.

Os bancos, em 2022, terão em cima da mesa os desafios relacionados com a sustentabilidade. Não que o problema em si seja novo, mas o tema ganhou importância nos últimos anos, pois o grau de consciência social sobre o problema ambiental subiu muito nos últimos tempos e as entidades reguladoras e de supervisão passaram a dar-lhe uma atenção maior. O que lhe dá um foco maior enquanto desafio para a banca e para a economia.

Apoiar as empresas que precisam de se ajustar aos crescentes requisitos ESG – Environmental, social and corporate governance será uma das missões dos bancos em 2022. Isto porque na banca, o desafio virá sobretudo através dos seus clientes, do grau de exposição e do grau de vulnerabilidade que os seus clientes tenham a esse tipo de riscos.

“Os bancos vão ser também agentes dessa transformação na sua interação com o resto da economia. Vão ser conselheiros dos seus clientes, no sentido de os ajudar a responder a esse desafio, porque esse vai ser um desafio coletivo”, defendeu em entrevista a esta publicação o presidente da Associação Portuguesa de Bancos, Vítor Bento.

“É do interesse dos bancos ajudar os clientes - aqui falamos sobretudo de empresas - a navegarem essa dificuldade e a transição da forma mais saudável possível. E a fazer os ajustamentos em devido tempo”, acrescentou o presidente da APB.

A mesma opinião tem o vice-presidente do BCP, João Nuno Palma, que recentemente disse que o sistema financeiro vai ser um acelerador da transição climática. A descarbonização é um imperativo.

O desafio do ESG vai influenciar a Ban-

ca e alterar as políticas de crédito no longo prazo. “Mas no próximo ano o desafio são os testes de stress climáticos que darão mais importância a essa componente”, defende um dos banqueiros contactados pelo Jornal Económico.

“Quero crer que os próprios testes de stress terão também uma função pedagógica, que avaliem as vulnerabilidades que terão de ser ultrapassadas, e daí decorra um calendário e condições para a sua superação. E que, se houver algum problema

não se passe de imediato a situações penalizadoras”, defendeu o presidente da APB.

Vítor Bento lembrou que “nunca se passa de um determinado estado para outro estado de um momento para o outro. Tem de haver processos de transição, de ajustamento, em que as instituições têm de ter tempo para o fazer”.

Tal como referiu recentemente, numa entrevista, o vice-presidente do BCP, “a transição climática vai endereçar a descarbonização, que é uma mega-tendência que



já vinha de trás e foi claramente acelerada pelo contexto pandémico porque, em 2021, tivemos eventos climáticos brutais no mundo inteiro, com prejuízos incalculáveis, mesmo na Europa”, lembrou João Nuno Palma.

“Mas há uma coisa que nós nunca nos podemos esquecer”, alertou o vice-presidente do BCP, “a transição climática tem custos, tem dor, uma primeira dor que tivemos já aconteceu, que foi a crise energética. Não há magia neste processo e, portanto, há sempre um período de transição de muita volatilidade. (...) Não esquecendo que nesta descarbonização – e acho que o Plano de Recuperação e Resiliência endereça esta necessidade – as empresas vão ter de fazer alterações aos seus modelos de negócio de modo a tornarem-se mais sustentáveis. Já não é mais possível esquecer esta questão.

“Hoje em dia analisamos em detalhe o negócio das empresas nossas clientes, porque entendemos que não podemos ser relevantes para um cliente se não o

conhecermos. Mas agora vamos ter de entender, também, os riscos climáticos inseridos no modelo de negócio do cliente e em que medida este poderá ficar em causa se estes riscos climáticos se realizarem. Ainda chegará a fase em que nós, os bancos, ou não poderemos financiar ou, por outro, só financiaremos a custos de capital completamente inaceitáveis”, avisou o banqueiro.

O mundo está finalmente a levar a sério a preocupação com o meio ambiente e 2022 será o ano em que os bancos começarão a desempenhar um papel decisivo.

Não vai demorar até que os investidores pensem os negócios de uma forma muito diferente, examinando não só os retornos do património e os níveis de competitividade das empresas, mas também o efeito do carbono na demonstração de resultados e balanço.

No entanto é preciso saber o que vai o BCE estipular em termos de consumo de capital no financiamento a empresas que não cumprem os requisitos ESG, ou seja, quais são os incentivos que vão ser criados aos bancos para financiarem empresas mais verdes, podendo mesmo haver ponderadores de capital mais altos para empréstimos a empresas com mais carbono no processo produtivo.

Pedro Castro e Almeida, CEO do Banco Santander Totta recentemente reconheceu que ainda é difícil classificar as empresas do portfólio do banco em “green” e “brown”, porque o “brown pode estar a evoluir para green e vice-versa”. Isso vai depender das regras que vierem a ser impostas pela regulação.

“Vai ser um desafio enorme no futuro”, disse o banqueiro.

Já o presidente da APB disse ter “a esperança de que, mesmo às vezes quando há grandes entusiasmos circunstanciais, o bom senso acabe por prevalecer”.

“Espero também que os mapas de riscos físicos que vierem a ser estabelecidos tenham o cuidado de não induzir a ideia de tornar Portugal num ‘país evitável’. Isto é, que não venham a ser criadas regras que tornem, à partida, as atividades em Portugal pior qualificadas do que noutras geografias, que, eventualmente, consigam melhor tratamento nos mapas desses riscos”, alertou Vítor Bento.

O presidente da associação de bancos, destaca que “não fará sentido que as regras que venham a ser impostas sobre os consumos de capital penalizem o investimento em Portugal, tornando mais vantajoso para os bancos em Portugal investir fora do país. Estou intencionalmente a esticar um argumento para chamar a atenção de possíveis exageros que é preciso prevenir”.

“Creio que é do interesse de todos – desde as autoridades políticas, aos reguladores, aos intermediários, às empresas, aos cidadãos –, que Portugal continue a ser um país viável, desejável e com futuro promissor”, adiantou.

Os riscos de sustentabilidade para o setor bancário virão sobretudo dos seus clientes. Isso terá de ser incorporado nas matrizes de risco da avaliação dos bancos, defendem os responsáveis do sector.

“É do interesse das próprias empresas ajustarem-se a essas necessidades e fazerem o seu caminho de adaptação. Estou convencido de que os bancos vão ser também agentes dessa transformação na sua interação com o resto da economia, vão ser conselheiros dos seus clientes, no sentido de os ajudar a responder a esse desafio, porque esse vai ser um desafio coletivo”, defendeu Vítor Bento.

Além da possível mudança no futuro do crédito dos poluidores para aqueles que são uma força para a recuperação do planeta. Muitos bancos tornaram a sustentabilidade uma promessa, comprometendo-se ao carbono zero nas suas próprias operações. No entanto, desempenharão um papel muito mais significativo ao facilitar o financiamento necessário para deter as mudanças climáticas no mundo.

Os reguladores vão conduzir ao corte de discursos “greenwashing”. Por exemplo, o supervisor do mercado de capitais português, disse recentemente que é “um dos principais riscos ESG nos mercados financeiros”. A CMVM é concreta: “Não é fácil eliminar completamente este risco”. Os bancos e seguradoras de grande dimensão já estão obrigadas a divulgar informação não financeira, no entanto o modo de divulgação dessa informação não está ainda padronizado. O “greenwashing” é um apelo comercial para a sustentabilidade sem uma ação realmente sustentável por detrás.



“2021 foi um ano muito bom para a corretagem”

O ano de 2022 adivinhava-se promissor, talvez um pouco menos depois de um ano de 2021 e que foi excepcional para as sociedades corretoras. A guerra pode ter mudado tudo.

O ano começou com volatilidade, sobretudo pela oscilação nas criptomoedas, comenta Pedro Lino, CEO da Optimize. E fevereiro foi um mês em que os números da inflação tiveram impacto e passou a notar-se uma forte procura por alternativas aos bancos e aos depósitos. Se recuarmos um ano, 2021 foi muito bom para a corretagem, diz o mesmo gestor, que acrescenta que com a pandemia houve muitos novos investidores a entrar para os mercados financeiros e mesmo com a nova variante mantiveram o interesse na entrada do novo ano. Aliás, várias fontes são unânimes em afirmar que 2021 foi um ano de recordes e que foi o culminar de 10 anos de ganhos quase sucessivos. Em meados de fevereiro o tema do leste europeu ainda não era uma preocupação, embora fosse um risco potencial, mas no final deste mesmo mês e depois da invasão russa à Ucrânia houve muitos investidores que ficaram com perdas potenciais. Os sell-offs começaram a 24 de fevereiro, tendo-se instalado o pânico em alguns mercados financeiros. E embora alguns investidores coloquem a hipótese de rapidamente voltar aos mercados a palavra do momento passou a ser volatilidade. Pedro Lino realçou algumas estatísticas que analistas têm vindo a produzir e que estudam as tendências nos mercados nos períodos após as últimas quatro grandes guerras. O resultado desses estudos dão conta que entre os seis meses a 1 ano depois do fim dos conflitos os mercados financeiros voltam a subir. Estas foi uma tendência re-

gistado após os conflitos no Afeganistão e no Iraque.

Um trabalho do final de fevereiro da gestora Fidelity vai exatamente nesse sentido. Tendo em conta o índice MSCI AC World Price revela a exuberância irracional ao longo do final dos anos 90 do século passado, a que se seguiu nervosismo e queda com o ataque às “torres gémeas” de setembro de 2001 e em 2003 o sentimento era de pânico para se atingir um “boom” com o imobiliário habitacional em 2007 e depois o pânico em 2008/2009. Relembremos que este foi o período da crise financeira da primeira década do novo século. Estamos no segundo decénio e ocorreram 10 anos de subidas sustentadas com a forte ajuda dos bancos centrais e a injeção e liquidez no sistema e a interrupção da subida aconteceu com 2020 com a pandemia, sendo que os mercados voltam em 2021 a uma forte exuberância. Fevereiro de 2022 marca um refluxo com um sell-off acelerado. Um outro gráfico da Fidelity de grande interesse revela que para o índice S&P 500 num período de 1993 a 2021, ou seja 28 anos, gerou-se ganhos da ordem dos 1835%! No mesmo período os índices europeus dos maiores mercados revelam ganhos avassaladores mas bem mais modestos, caso do CAC 40 com um ganho de 838% e o DAX com 928%. Enquanto o japonês Nikkei 225 não foi além de um ganho e 70% para quase três décadas de aplicações seguidas. A gestora conclui, nesta análise de fevereiro, que a volatilidade faz parte da decisão de investimento e ainda que os investidores de longo prazo



são geralmente recompensados ao tomarem risco via ações. Concluem ainda que as correções de mercados podem criar oportunidades atrativas.

RECUPERAÇÕES

Os grandes eventos ao longo da última centena de anos e que levaram a fortíssimas quedas dos mercados financeiros apresentam curiosidades. Vejamos alguns números. A Grande Depressão de 1929 durante 34 meses e levou a uma depreciação dos valores de mercado da ordem dos 89%, sendo que a recuperação do mercado americano para níveis anteriores à crise só aconteceu em novembro de 1954, ou seja, muitos depois da II Guerra Mundial. A “segunda-feira negra” de 1987 com perdas nos mercados americanos da ordem dos 36% demorou quase dois anos a recu-



perar; enquanto a bolha tecnológica de janeiro de 2000 levou a perdas de 38% nos mercados, durou a crise quase três anos e foram precisos quatro anos para os mercados recuperarem os valores pré-queda. Já a crise financeira de 2008 levou a perdas de 54% nos mercados financeiros, durou 17 meses e demorou quatro anos a recuperar. A conclusão do Banco BIG é que os investimentos devem ser feitos “em ativos de qualidade a preços atrativos para o longo prazo”. E esta, sublinham, é a melhor estratégia em qualquer contexto macroeconômico”. Afirmam ainda o BIG nesta nota temática de fevereiro que “historicamente os reforços e investimentos nestes momentos de pânico dão bons resultados”.

E a incerteza no auge é a pior fase do mercado, diz a gestora Schrodgers. Adianta que se “entrou no universo das más notí-

cias reais” e neste final do mês de fevereiro as questões que se colocam é saber até onde vão as sanções económicas, e ainda se a dada altura o ocidente estará disposto a intervir militarmente. A Europa, revelam os mesmos analistas, é indiscutivelmente a região “mais exposta ao impacto do que se está a passar”. E adiantam que para além do impacto do risco geopolítico nos prémios de risco, “o principal mecanismo de transmissão económica é através dos preços da energia. Isto coloca desafios particulares à Europa, dada a sua dependência da energia russa”. Por outro lado, toda a situação vivida com a guerra na Europa prejudica o crescimento e complica o quadro para o Banco Central Europeu. Aliás, o governador do banco central da Áustria, citado pela Bloomberg, indica que o ritmo de normalização da política monetária pode vir a atrasar, ou seja, o modelo do quantitative easing pode vir a manter-se pelo efeito nocivo da guerra Rússia/Ucrânia.

E depois de um ano de 2021 nas corretoras o que se espera para 2022 perante os novos cenários? Fontes do mercado são unânimes em afirmar que os investidores estão a liquidar posições e evitar exposições ao risco, contrastando com o interesse pelo ouro, pelas commodities e pelas obrigações soberanas, algo que é exatamente o contrário do que as corretoras esperavam no início deste ano. Os mercados entraram neste final de fevereiro em modo de pânico e os investidores procuram os ativos de refúgio. Esperava-se que a onça do ouro ultrapassasse rapidamente os dois mil dólares, enquanto o Brent ultrapassou os 103 dólares por barril. Refere Gargi Rao, analista da GlobalData, que o preço do gás vai continuar a subir não apenas porque a Rússia é o grande produtor mas porque a Alemanha decidiu congelar a autorização para o uso do novo pipeline Nordstream 2 que liga a Rússia à Alemanha. No lado da Rússia espera-se uma subida acentuada dos produtos alimentares até porque este país depende em muito das importações de produtos dos EUA e o impacto na cotação do rublo irá afetar dramaticamente o preço das importações. Ainda nas opções de refúgio estão as obrigações soberanas que registam forte procura, tendo levado a quedas das rendibilidades/yields. No caso

das obrigações soberanas portuguesas, os 10 anos ficaram pouco acima de 1% no final de fevereiro. Os investidores mantêm-se em ativos de refúgio tradicionais e por isso as criptomoedas estiveram a cair, com destaque para a Bitcoin, a mais popular e que já caiu para metade do valor em quatro meses.

A par dos mercados financeiros há riscos a nível da segurança alimentar já que os dois países em conflito estão entre os maiores exportadores de fertilizantes. A nível dos metais temos os mercados a subir, caso do alumínio em alta de 4%, o níquel nos 5% e o paládio nos 7%, adianta a gestora de investimentos suíça Vontobel. Ainda na nota temática do BIG de fevereiro é feita uma análise interessante para as corretoras com os fundamentais do mercado acionista norte-americano. Em termos de PER (price earning ratio) os setores com um preço mais elevado são o imobiliário com um PER de 41,3 vezes, ainda os serviços com um PER de 32,3 vezes, o setor automóvel está nas 27,5 vezes e o software está com um PER de 27,7 vezes. Ainda elevados estão os setores dos bens domésticos com 26,9 vezes e o retalho com 22,6 vezes. O PER mais baixo no mercado norte-americano é o do setor das telecomunicações com um PER de 10 vezes, o farmacêutico com 12,8 vezes e os bancos com um PER de 12,9 vezes. Ainda neste mercado as rendibilidades desde o início do ano para os vários setores são negativas e em alguns casos com perdas fortes como é o exemplo dos setores ligados ao software, media, bens duradouros, automóveis, enquanto as melhores prestações, embora reduzidas são de setores como o alimentar e os bancos. No mercado acionista europeu os números são diferentes sendo que o PER mais elevado respeita ao setor das viagens e lazer com 37,4 vezes, e ainda o setor tecnológico com um PER de 23,5 vezes, a par do setor alimentar com 22,2 vezes. O imobiliário tem um PER igualmente elevado e situa-se nas 19,2 vezes. As rendibilidades desde o início do ano estão globalmente negativas com destaque para os setores das tecnológicas, retalho, industrial e construção. Do lado positivo em termos de rendibilidades desde o início do ano estão os setores dos recursos naturais, petróleo e gás e bancos.



Por Vítor Norinha

CÂMBIOS

Mercado cambial perdeu interesse devido à alavancagem

O conflito armado na Ucrânia fez recrudescer o interesse pelo mercado cambial (Forex) mas globalmente houve perda de interesse.

O mercado cambial tem revelado pouco interesse com transferência de alguns investidores para as criptomoedas, diz o gestor da Qaestum, Frederico Aragão Morais, enquanto o gestor da XTB, Henrique Tomé, aponta a perda de interesse à necessidade de os investidores neste tipo de ativo terem de ganhar exposição. E, remata, para ganhar exposição aos mercados cambiais o investidor precisa de produtos alavancados e, obviamente, a generalidade dos atores do mercado descartam estes produtos complexos, porque são pouco conhecedores dos mesmos. O exemplo de produtos estruturados é os CFD, algo sofisticado e que

o investidor tem dificuldade em perceber e que foram perdendo interesse a favor do mercado acionista e mais recentemente - concretamente nestes últimos dois anos, houve uma atração pelo mercado das criptomoedas devido às valorizações exponenciais.

A situação atual é algo diferente daquilo que se passou em 2021 e no início do ano. Os investidores já tinham olhado para o mercado Forex com a instabilidade da Turquia e a queda da lira turca. Entretanto, com o conflito na Ucrânia o interesse voltou a florescer, com o rublo russo a perder em face do dólar USA, sendo que no dia do lançamento da invasão da

Rússia sobre a Ucrânia a moeda russa perdeu 8% em face do US dólar. Para os investidores as questões geoestratégicas são relevantes nestas análises, assim como a correlação entre o US dólar e os índices bolsistas norte-americanos, constatando-se que nos períodos em que os mercados estão a cair o dólar está sempre a valorizar. O euro tem um comportamento bem mais “flat”, frisa Henrique Tomé.

O mercado cambial está neste início de 2022 a ser marcado pela incerteza, refere o analista da corretora XTB. Os investidores estiveram preocupados com a inflação elevada e com a subida de taxas por parte da FED, sendo que o dólar USA recuperou algum terreno e, entretanto, as tensões no leste europeu reforçaram a posição do dólar. Por outro lado, refere a mesma fonte, “enquanto esta dinâmica continuar teremos ativos de refúgio como o iene e o franco suíço que poderá disparar a curto prazo”. E, acrescenta, que em todo este contexto não nos esqueçamos que é o dólar USA a divisa que mais beneficia. O euro tem mantido a força desde que a presidente do Banco Central Europeu, Christine Lagarde, disse não esperar o aumento das taxas de juro este ano, mas na linha do “consensus” dos analistas esta posição poderá ser apenas temporária, até porque Lagarde tem uma postura mais política do que económica. Por outro lado, não nos esqueçamos que os cenários de guerra geram inflação e que a crise dos abastecimentos, escassez de mão-de-obra, crise dos chips e a subida da energia já tinha justificado inflação em máximos do século. O conflito na Europa apenas vem agravar o tema.

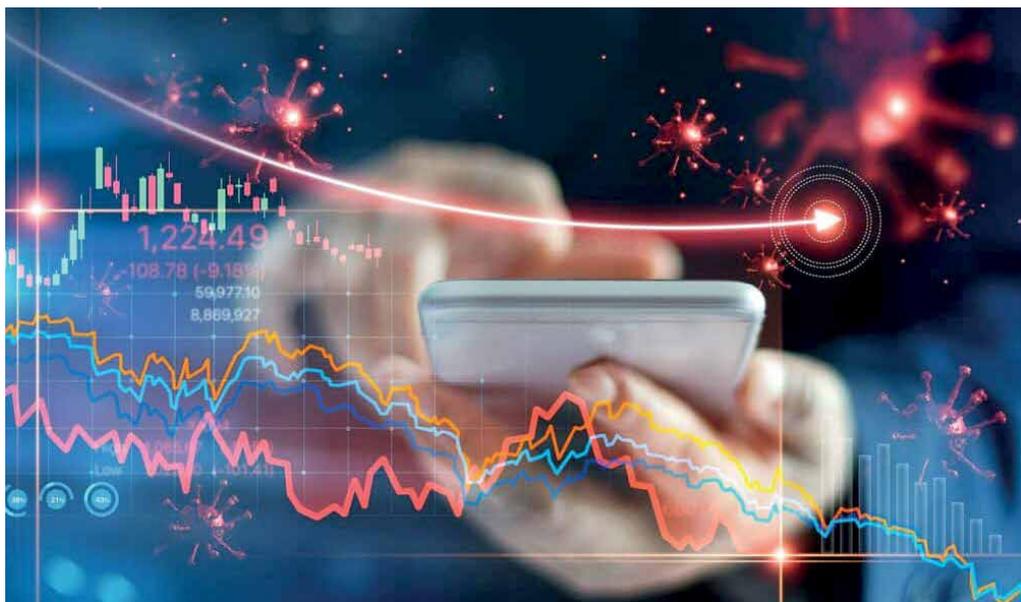
Entretanto, outra situação com impacto ao nível do mercado cambial será a eventual expulsão da Rússia do sistema de pagamentos SWIFT, dificultando as transações internacionais do país. De qualquer forma os credores ocidentais, tanto financeiros como das áreas comerciais, ficariam afetados. Para a Rússia o impacto seria menor crescimento e volatilidade da moeda. Recorde-se que o Irão foi banido do sistema em 2012. A Rússia terá a alternativa de se conectar em termos de sistema de pagamentos com a China, pois ambos os países já têm um sistema alternativo ao SWIFT, e bastará que alarguem a conexão a outros países que têm interesse em negociar com este grande bloco económico.

Ano excepcional nas rendibilidades

Difícilmente se irá encontrar um ano tão bom para os fundos mobiliários e imobiliários como 2021.

A categoria dos fundos de ações globais superou os 30% em termos de rendibilidade anualizada. O rally da vertente acionista, culminando uma década muito positiva no mercado de risco, ajudou a uma performance ímpar. Os fundos de investimento mobiliário com maiores rendibilidades pertenceram às gestoras BPI Gestão de Activos e à IM Gestão de Activos com valorizações no ano de 2021 de 33,95% e 33,45%, respetivamente. Dados da Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios – APFIPP revelam que na categoria de fundos de ações europeias as gestoras IMGA e Caixa Gestão de Activos conseguiram nos seus melhores fundos rendibilidades de 26,27% e 25,14%, respetivamente. Na categoria de fundos de ações nacionais é a gestora GNB Fundos Mobiliários que revela o maior sucesso, conseguido com um dos seus fundos uma performance de 24,54%, seguido de um dos fundos do BPI Gestão de Activos com 22,84%.

O bom ano para a vertente de risco permitiu que em 2021 o valor dos ativos geridos pelo Fundos de Investimento Mobiliário, FIM, ascendesse a cerca de 19.849 milhões de euros, mais 35,4% do que no ano anterior. E, correspondendo à quota natural da casa-mãe, a Caixa Gestão de Activos detinha 35% do volume de ativos dos FIM sob gestão, seguindo-se a IMGA com 21,7% de quota, e o BPI Gestão de Activos com 17,2% de quota, de acordo com os dados da APFIPP. Em termos percentuais o maior crescimento no ano passado aconteceu com a gestora Casa de Investimentos – GPFIM, com mais 412,1%, correspondente a mais 23,5 milhões de euros, mas o maior aumento em valor absoluto é da Caixa Gestão de Activos, com mais 2.153 milhões de euros. Esta gestora foi aquela que durante o ano passado registou o maior volume de subscrições líquidas positivas, com mais 1.587 milhões de euros, enquanto a IMGA conseguiu mais 992,5 milhões de euros e a



Santander Asset Management obteve mais 636,8 milhões de euros.

E um outro número relevante para fechar o sucesso desta categoria de ativos é perceber que a categoria com maior saldo líquido de subscrições vs resgates é a dos fundos PPR, com 1.138 milhões de euros, seguida pela categoria dos fundos multi-ativos moderados com 934 milhões de euros de subscrições e ainda pela categoria dos fundos de ações globais com 702,6 milhões de euros. Durante 2021 a categoria que mais cresceu em termos percentuais foi a dos fundos do mercado monetário internacional que duplicou o volume relativamente ao ano anterior, sendo que os fundos PPR registara o mesmo crescimento em valores absolutos com mais 39,9% para os 1.225 milhões de euros.

PENSÕES E IMOBILIÁRIO

A procura por aplicações com resultados positivos estendeu-se ao mercado de fundos de pensões que em dezembro último fechava com um volume de ativos da ordem dos 23.864,8 milhões de euros, mais 5,8% relativamente aos montantes sob gestão do final de 2020. A Ageas Pensões

foi a sociedade com maior volume de ativos sob gestão ao atingir os 6.657,8 milhões de euros, o que significa uma quota de 27,9%, seguida da CGD Pensões com uma quota de 19,1%, e do BPI Vida Pensões com uma quota de 14,2%. O maior crescimento percentual ao longo do ano de 2021 pertence à gestora SGF com mais 25,6%, enquanto a Ageas registou o maior crescimento em valores absolutos com mais 3,6%, ou seja, somou 230,1 milhões de euros ao seu portfólio. No final do ano as rendibilidades líquidas de comissões de gestão oscilaram entre os 14% e os 16% para os fundos PPR e os fundos de pensões abertos, enquanto o fundo PPA gerido pela Futuro atingiu os 20,6% de rendibilidade anualizada. Os Organismos de Investimento Imobiliário fecharam 2021 com um património no valor de 10.628 milhões de euros, ligeiramente inferior em 0,8% ao do ano anterior. A Interfundos é a gestora com o maior património imobiliário sob gestão, seguida pela Square Asset Management e pela Caixa Gestão de Activos. A Square tem, no entanto, o maior volume de ativos sob gestão com 1.224 milhões de euros e uma quota de 12%.



Por Vítor Norinha

Aprensão com conflito armado e com a normalização da política monetária

Para as gestoras de patrimónios há boas notícias como a recuperação económica, mas há um cenário negro com a guerra no leste europeu, a par da saída de cena dos bancos centrais europeus.

Os bancos são unânimes em considerar que a securitização de créditos tem registado forte procura. 2021 foi um ano “muito bom”, explicam várias fontes contactadas e 2022 começou com fortes intenções mas o despoletar da guerra na Europa com o conflito Rússia/Ucrânia fez estalar o verniz. Fonte bancária assegura que os mercados têm estas operações em suspenso com a crise no leste europeu mas se a situação não escalar, “acredito que fará com os investidores voltem ao mercado e 2022 seja um novo

ano com operações de sucesso”. O ponto de interrogação mantém-se no momento em que publicávamos este texto.

A economia está a recuperar e a suportar a inflação e as próximas subidas de taxas de juro. O regresso ao normal da política monetária é bem vista pelos analistas que trabalham na gestão de patrimónios. Frederico Aragão Morais, analista sénior da gestora Qaestum Capital diz estar positivo. “Se continuarmos a ter uma boa recuperação económica das empresas cotadas será uma boa notícia e, eventualmente, as

quedas dos mercados financeiros não serão tão acentuadas devido ao conflito armado no leste europeu e que tende a escalar”. Adianta: “Será positivo mas será um tiro no escuro”. Em contraste, avança, há vários fatores que trazem incerteza sendo que o mais relevante é o conflito Rússia/Ucrânia com grande repercussão nos mercados, mas é sobretudo “a saída de cena dos bancos centrais” e que estiveram a suportar a exuberância das ações. Em contraste, 2021 foi um ano excepcional, “um ano em que a incerteza foi muito menor,

ter um banco central que está do lado do suporte da economia resultou numa valorização substancial das ações e isto porque os investidores pensam duas vezes antes de irem contra os bancos centrais. Há hedge funds que podem fazer short selling e há que evitar entrar nesse modelo, mas a situação será diferente com os bancos centrais de fora”, comentou ainda a mesma fonte da Qaestum Capital.

Mas é o conflito Rússia/Ucrânia que de momento mais perturba os mercados financeiros e, por consequência, os gestores de patrimónios. Relembremos que a invasão significou o disparo dos preços no setor agrícola tendo em conta que a Ucrânia é o celeiro europeu. Por outro lado a inflação na Alemanha pode chegar aos 6,1% devido ao aumento do preço do gás, refere uma nota do Banco Carregosa que cita informação nacional, enquanto a crise da Ucrânia pode atrasar a retirada dos estímulos do Banco Central Europeu, refere o governador austríaco. Uma nota da gestora Schrodgers sobre o impacto económico do conflito alerta que a expectativa para a Europa continua a ser a de que a região será aquela que terá o maior crescimento e inflação e globalmente o impacto “será menos substancial do que estávamos à espera e aponta para uma situação de estagnação, tendo em conta que as dificuldades das cadeias de abastecimentos e da mão-de-obra é pior do que o esperado”. Antecipa ainda que a economia dos EUA terá um nível de inflação superior ao esperado, mas será menos impactada pelos eventos da Ucrânia. Diferente é a expectativa com a China e os mercados emergentes que perante um abrandamento económico superior ao antecipado, terão um impacto negativo nos mercados financeiros. Keith Wade, economista-chefe da Schrodgers, refere, em nota, que a Reserva Federal norte-americana tomará deliberações para subidas mais graduais ao nível dos juros e espera uma subida de taxas já em março, embora não deva ir além dos 25 pontos de base. Wade espera que venha a acontecer quatro subidas de juros por parte da FED e não cinco aumentos como tem sido avançado. A política monetária continuará a ser mais restritiva em 2023 mas sempre de forma graduada. A posição do BCE será diferente porque a Europa será

afetada de forma mais grave pelo conflito na Ucrânia. “Esperamos que o BCE tenha uma postura dovish (no sentido de manter taxas de juro baixas para estimular a economia) relativamente ao consensus que prevê duas subidas de juros este ano”. Adianta que os acontecimentos com o conflito no leste europeu reforçou a convicção de que (o BCE) não subirá as taxas de juro este ano e manterá a política de compra de ativos com o quantitative easing. “Possivelmente haverá uma subida de taxas de juro na segunda metade de 2023”, conclui o economista-chefe da Schrodgers. Adianta este analista que estes desenvolvimentos dos mercados financeiros são feitos no pressuposto de que a Rússia tenciona colocar na Ucrânia um governo-fantoches à semelhança do que fez na Bielorrússia, num claro regresso ao modelo do período da “Guerra Fria”, com a NATO a reforçar a segurança dos países-membros que fazem fronteira com os países de influência russa. Em contraste, será difícil visualizar as consequências para os mercados de um cenário de escalada do conflito em direção aos países ocidentais.

PATRIMÓNIOS EM NÚMEROS

As informações recentes sobre Gestão de Patrimónios da Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios – APFIPP são de 31 de janeiro último. O valor das carteiras discricionárias atingiu os 27.962 milhões de euros, menos 1,4% em face de dezembro de 2021, enquanto em face a janeiro de 2021 a queda do valor das carteiras foi da ordem dos 33,9%. O ranking das maiores gestoras tem vindo a manter-se inalterado com a Caixa Gestão de Ativos, do grupo Caixa, a gerir 9.342 milhões de euros, uma quota de 3,4%, secundado pelo Santander Asset

Management, com 5.818 milhões de euros e uma quota de 20,8%, e a fechar o top1 três temos o GNB – SGP (grupo novobanco) com 4.614 milhões de euros de património sob gestão, a que corresponde uma quota de 16,5%. Refere ainda a APFIPP relativamente a janeiro de 2022 que a gestora que mais cresceu foi a Heed Capital com mais 1,3%, ou 300 mil euros, de ativos sob gestão, enquanto o maior crescimento em valores absolutos foi o o Crédito Agrícola Gest com mais 0,5% ou sete milhões de euros. No ranking das gestoras em valores sob gestão temos o BPI Gestão de Activos com 15,2% de quota; o Montepio Gestão de Activos com 5,8% de quota; o Crédito Agrícola Gest com 4,9% de quota; o Bankinter Gestion Activos – sucursal em Portugal com 2,7% de quota; a Optimize Investment Partners com 0,5% de quota; a Head Capital com 0,1% de quota; e o mesmo nível para a Lynx Asset Managers.

Outros dados relativos às gestoras de patrimónios disponibilizados pela APFIPP revelam que 95,8% dos ativos geridos respeitam a investidores residentes em Portugal e relativamente à categoria de clientes são os seguradores que detêm o maior volume de ativos sob gestão com 46,2% do total, seguidos pelos fundos de pensões com 24,5% do total e os chamados Outros Investidores detêm 22,7% do total. Na estrutura da carteira e relativamente a janeiro de 2022, a classe de ativos com maior peso nas carteiras de gestão de patrimónios era a dívida pública com 44,2% do total, seguida dos fundos de investimento mobiliários com 22,5%. As obrigações diversas foi a classe de ativos que ganhou maior quota em janeiro. Claramente a moeda de maior peso dos ativos adquiridos é o euro representando 93,2% do total, seguido do dólar USA com o peso de 6,1% e ainda uma posição residual de 0,3% da libra esterlina. Há ainda outras moedas representadas nestas carteiras, caso do iene japonês, do franco suíço, da coroa sueca e da coroa dinamarquesa. Nas aplicações das sociedades gestoras de patrimónios por mercado de investimento a preponderância é de Portugal, Alemanha, Espanha, Luxemburgo, Itália, França, Irlanda e Reino Unido, mas há aplicações exóticas como na Nigéria, Egipto ou Guernsey.

**Os acontecimentos
com o conflito
no leste europeu
reforçou a convicção
de que não subirá as
taxas de juro este ano**

Mercado arrancou com forte apetência e continuará se guerra não escalar

A titularização de créditos ou securitização como também é conhecido registou “forte apetite” em 2021. Para este ano tudo depende de como evoluir a guerra.

Os bancos são unânimes em considerar que a securitização de créditos tem registado forte procura. 2021 foi um ano “muito bom”, explicam várias fontes contactadas e 2022 começou com fortes intenções mas o despoletar da guerra na europa com o conflito Rússia/Ucrânia fez estalar o verniz. Fonte bancária assegura que os mercados têm estas operações em suspenso com a crise no leste europeu mas se a situação não escalar, “acredito que fará com os investidores voltem ao mercado e 2022 seja um novo ano com operações de sucesso”. O ponto de interrogação mantém-se no momento em que publicávamos este texto.

Mas que operações são estas? E será que a maioria delas são ativos em incumprimento ou não? E será que são apenas os bancos a fazer este tipo de emissões? Temos respostas às questões principais sobre titularização de créditos. Uma explicação prévia impõe-se. Dentro da securitização de crédito temos operações mais tradicionais, as chamadas “cash securities” ou securitizações de cash, e onde se vende a um veículo de securitização um conjunto de crédito, uma chamada “pool granular” com alguma homogeneidade de ativos. Não se mistura crédito hipotecário com crédito a empresas. Esse veículo adquire esses créditos, emite “notes” que vende aos investidores. Tipicamente as “notes” ou notas são repartidas em várias classes e cada uma das notas tem um rating e uma periodicidade de pagamentos e que é diferente entre si.

Aquelas que apresentam um rating muito bom são as primeiras a ser pagas, sendo que se consegue emitir notas cá em baixo com risco residual de carteira, ou seja, as de pior qualidade. As boas notas vendem-se com spread baixo e as de pior qualidade com o spread mais elevado. Este



modelo permite segmentar a carteira e vender notas a diferentes investidores que procuram mais ou menos risco e compra com spread mais ou menos elevado.

Depois existem as securitizações sintéticas. Aqui compra-se proteção sobre uma “pool” de créditos mas em que os créditos não são vendidos, mas apenas uma tranche do risco de crédito. É algo que os analistas assemelham à venda de uma garantia. Aqui emite-se uma nota com proteção embutida para qualquer tipo de risco.

Ao longo do ano de 2020 e devido à emergência da pandemia refrearam as operações, tendo as transações sido reduzidas ao mínimo, sendo que no final do mesmo ano já era claro o interesse dos investidores para operações de securitização. Revelam fontes bancárias que Portugal acabou por ter uma boa produção no final de 2020 e em 2021 foi clara a elevada procura por este tipo de operações. E atualmente com muita liquidez no mercado as operações vão continuar a ser feitas e o facto de as

taxas de juro continuarem baixas estimula este tipo de procura pois há investidores a pesquisarem outras classes de ativos com mais risco e melhor remuneração. Como referimos desde fevereiro que os mercados estão em suspenso devido ao escalar da guerra no leste europeu, muito embora seja claro o interesse.

Curioso verificar que a maioria das operações são feitas pelos bancos mas uma empresa de commodities como a EDP já fez operações de securitização do défice tarifário. Por outro lado estas operações não envolvem necessariamente crédito em incumprimento, aliás esta é a parte reduzida do mercado. Tipicamente o que é feito é a venda de crédito em carteira e que tem dois objetivos: Financiamento e capital. Os maiores bancos fazem a esmagadora maioria das operações, sendo que parte delas são para gerar liquidez e podem ser descontadas no Banco Central Europeu, outras são para funding e outras são ainda para colocar tudo junto de investidores.

Normalização da política monetária é desejável

Depois dos EUA será a Europa a subir juros e os investidores já estão a descontar o movimento, mesmo depois da presidente do Banco Central Europeu, Christine Lagarde, insistir na manutenção da política monetária. A inflação na Zona Euro continua a subir. E o grande vencedor de todo este movimento de subida dos juros será o setor financeiro, permitindo recuperar a margem financeira. Com a normalização da política monetária os riscos da subida dos juros vão recair sobre empresas mas, sobretudo, sobre as famílias com o aumento dos valores nos créditos à habitação. Os analistas acreditam que a qualidade creditícia só terá impacto nas famílias quando os juros atingirem o nível de 1%. Para as empresas tecnológicas o relevante é os grandes desafios para responderem às novas necessidades dos mercados.



Maria João Carioca

CFO da Caixa Geral de Depósitos

No terceiro trimestre de 2020 iniciou-se um processo de recuperação da atividade económica que, de acordo com as Estimativas de Inverno 2022 da Comissão Europeia (CE) traduzirá um crescimento de 5,3% do PIB em 2021, 4,0% em 2022 e 2,7% em 2023. Em Portugal, a economia cresceu 4,9% em 2021 e a previsão de crescimento é de 5,5% em 2022 e 2,6% em 2023, retomando no segundo trimestre de 2022 os níveis do final de 2019. Este ritmo de expansão, sendo superior ao registado nas décadas recentes, tem vindo a ser marcado por constrangimentos à produção e distribuição de bens e pela subida dos preços da energia, resultando em pressões inflacionistas. As estimativas para a inflação da área euro da UE apontam para um aumento de 2,6% em 2021 para 3,5% em 2022, voltando em 2023 a diminuir para 1,7%.

Estas pressões inflacionistas surgem estando ainda presentes os estímulos monetários sem precedentes utilizados pelo Banco Central Europeu para facilitar a concessão de crédito aos mais atingidos pela pandemia. Apesar de as taxas de juro Euribor começaram a espelhar a convicção cada vez mais forte de retirada de estímulos monetários e potencial aumento progres-

sivo das taxas diretoras do banco central, é de registar que as taxas diretoras do Banco Central se mantêm ainda em terreno negativo: o prazo a 12 meses, o que primeiramente incorpora a possibilidade de uma futura alteração das taxas pelo BCE, é atualmente de -0.329%. Atenta a postura até aqui enunciada pelo Banco Central Europeu, importa realçar que uma subida de juros, a ocorrer de forma gradual e contida, e com um nível negativo como ponto de partida, continuará a proporcionar taxas de financiamento ainda a níveis historicamente baixos para toda a economia. Para o setor financeiro português, o impacto dependerá do equilíbrio entre a redução dos custos até aqui suportados com taxas negativas e o aumento dos próprios custos de financiamento, num contexto de requisitos regulamentares relevantes, como o MREL (Minimum Requirement for own funds and Eligible Liabilities).



Pedro Castro e Almeida

CEO do Santander Portugal

O impacto, considerando o atual perfil de subida das taxas implícito nos mercados financeiros, ocorrerá de forma diferenciada, com efeitos que se podem considerar, de momento, limitados. As perspetivas para a evolução das taxas de juro refle-

tem, por um lado, a normalização da atividade económica e consequente retirada dos estímulos extraordinários criados no contexto da pandemia e, por outro, os impactos da rápida recuperação em contexto de perturbações nas cadeias de valor globais sobre os preços, em particular das matérias-primas.

Este segundo fator será determinante para avaliar o ciclo de subida de taxas, em termos de dimensão e duração, e, consequentemente, dos seus impactos sobre a economia, incluindo sobre o setor financeiro. Contudo, a incerteza associada ao processo requer, necessariamente, uma permanente monitorização, para adequação da estratégia dos vários intervenientes aos desenvolvimentos e consequente mitigação dos riscos.

Ao nível do setor bancário, os efeitos sentir-se-ão do lado das receitas, mas também dos custos. A normalização da política monetária e um cenário de taxas de juro de curto prazo positivas poderá contribuir para uma melhoria da rendibilidade, ao corrigir as distorções que as taxas negativas colocam, como seja o facto de a taxa de depósito junto do BCE ser negativa (-0,5%), abaixo do custo dos depósitos. Contudo, os custos de financiamento para o setor também irão aumentar, em particular quando as necessidades de financiamento a médio e longo prazo são elevadas, para cumprir os requisitos regulatórios de capital, no quadro de MREL. A subida das taxas de juro pode ter implicações também sobre a capacidade dos clientes em satisfazer os seus compromissos, as quais dependerão

da velocidade e dimensão da subida, em particular se exceder significativamente as atuais expectativas, não permitindo um ajustamento gradual dos orçamentos. Por este motivo, uma monitorização da situação é necessária, para permitir atuar e facilitar às famílias e empresas as condições para continuar a cumprir atempadamente com as suas responsabilidades.

Um vetor adicional de impacto ocorre por via da subida das taxas de juro da dívida pública. Apesar da recente subida, os atuais níveis de taxa a 10 anos em Portugal ainda se situam abaixo da taxa média da dívida (2,2%), o que permite acomodar essa evolução. Mas vem alertar para a necessidade de o Estado manter uma política de consolidação orçamental, com a redução sustentada da dívida pública, aproveitando o enquadramento favorável de crescimento global, pois só assim permitirá libertar recursos para o investimento.

Por último, mas não de menor importância, a “normalização” das taxas de juro, aqui entendido como um contexto de taxas positivas, permite apoiar uma mais eficiente alocação dos recursos, seja com uma melhor análise de rentabilidade dos projetos, seja através da promoção da poupança de longo prazo.



Paula Gonçalves Carvalho
Economista-chefe do BPI

A subida das taxas de juro é um sinal de que as economias da zona euro estão a recuperar muito rapidamente e isso constitui uma boa notícia; mas é também um sinal das tensões inflacionistas pós-pandemia cuja completa natureza e dimensão ainda não estamos em condições de avaliar. É importante sublinhar, por outro lado, que o longo período que vivemos de taxas de juro negativas não é normal e tem de ser entendido como uma situação historicamente excecional. No que se refere ao caso concreto de Portugal, a atividade económica deverá recuperar ao longo de

2022 os níveis de fim de 2019, a taxa de desemprego encerrou 2021 abaixo dos níveis anteriores à pandemia e o emprego está em máximos históricos. Os bons indicadores económicos, como estes, são sempre positivos para o setor financeiro, cujo desempenho reflete naturalmente as características da economia e da sociedade em que se insere. Por outro lado, o setor financeiro é sempre penalizado num ambiente de taxas de juro muito baixas, que afetam as condições normais da intermediação financeira. E o contexto de taxas não apenas baixas, mas negativas, agravou evidentemente esta limitação, dadas as distorções que provocou, quer na poupança, quer no crédito. Em Portugal, a banca tem suportado o custo de detenção de liquidez (ainda que minorado por alguns instrumentos de intervenção do BCE), gerando aliás uma situação de desvantagem concorrencial, porque no nosso país não foi permitida a repercussão das taxas negativas nos grandes depositantes e empresas, ao contrário do que aconteceu na maior parte dos nossos parceiros europeus. O regresso a uma situação de normalidade, com curvas de rendimento positivamente inclinadas e taxas de juro positivas, permitirá melhorar a rentabilidade do setor e a sua capacidade de apoio ao financiamento e o desenvolvimento da economia. Mas este processo traz também desafios. Os níveis de endividamento de empresas e famílias (como do Estado) permanecem elevados, embora francamente mais baixos por comparação com os anos anteriores à crise financeira internacional; e a maior parte dos financiamentos, sobretudo dos particulares, continua a utilizar taxa de juro variável, portanto os encargos com a dívida vão começar a pesar mais no orçamento das famílias e empresas, ainda que não sejam de esperar impactos significativos nos níveis de incumprimento. Nesta apreciação muito breve, é preciso ter em conta que a subida das taxas de juro, a confirmar-se, corresponderá a uma normalização do contexto monetário e deverá ser moderada, esperando-se uma transição suficientemente lenta e progressiva para não prejudicar a retoma económica que todas as previsões apontam para os próximos anos, o que pressupõe uma política monetária equilibrada e na dose certa.



Licínio Pina
Presidente do Conselho de Administração
Executivo do Crédito Agrícola

Ao longo de praticamente sete anos, os clientes bancários habituaram-se a viver em conjuntura de taxas de juro baixas ou mesmo negativas. Na sequência da crise financeira, o papel dos bancos centrais provocou uma contração da inflação e, na zona euro, o programa de compras de dívida soberana contribuiu para o alívio da pressão inflacionista. Esta pressão alimentou o movimento de taxas baixas, provocado, essencialmente, pela falta de dinâmica do mercado monetário, com o principal indexante de crédito, a Euribor, a bater recordes negativos e as dívidas soberanas a serem pressionadas com preços em baixa provocados pelas compras do BCE, cuja preocupação foi de conter a inflação. Tudo parecia correr no mesmo sentido, até que surgiu uma pandemia que inverteu tudo. A escassez de produtos essenciais para a produção industrial começou a ser uma realidade. O preço das matérias-primas começou a aumentar, as reivindicações salariais começaram a emergir e sem que se desse conta a onda inflacionista começou a instalar-se alimentada por expectativas. Em poucos dias as negociações de dívida soberana começaram a ser transacionadas acima de zero, aparentemente movidas pelos sentimentos de outras geografias onde os bancos centrais tinham iniciado um ciclo de aumento das suas taxas diretoras. No mercado bancário português, podemos verificar que os clientes têm utilizado como indexante frequente a Euribor a 6 e 12 meses, com taxas variáveis, uma vez que o sentimento era de descida não havendo sequer a preocupação de criar mecanismos de travão à eventual inversão da tendência.

Com a real subida das taxas de juro, quer empresas quer famílias não tendo acautelado o seu risco, com insuficiência

de liquidez, a consequência será o crescimento acentuado do serviço de dívida com possíveis impactos nos balanços dos bancos que deverão gerir as carteiras reduzindo os efeitos de possíveis incumprimentos

As medidas macro prudenciais que o regulador tem vindo a emitir, principalmente quanto ao risco de taxa de juro e nos limites de prazos permitidos no crédito à habitação, constituem um anel de proteção do sistema bancário que mitiga o risco a impactar em balanço. A subida das taxas de juro será um problema mais do cliente bancário do que dos bancos, uma vez que os primeiros, aparentemente, não constituíram reservas para ciclos de taxas altas e o sistema bancário protegeu-se no valor das garantias e em imparidades já constituídas prudentemente.



Steven Santos
Gestor do BiG

As medidas sem precedentes de apoio económico e estímulo monetário para conter os impactos da pandemia foram o culminar de uma era de dinheiro quase grátis. Injeções massivas de liquidez e dificuldades nas cadeias de abastecimento alimentaram elevadas taxas de inflação, visíveis no preço de matérias-primas e bens finais, e que aparentam não ser temporárias. Em dezembro, a inflação em Portugal atingiu os 2,8% e, na Zona Euro, os 5,3%. Em consequência, os bancos centrais foram forçados a reagir: 12 países emergentes aumentaram os juros em 2021, bem como o Banco de Inglaterra. O Banco Central Europeu não sobe juros há mais de uma década e a ameaça do sobreaquecimento da economia, sobretudo por via dos custos energéticos, pressionou Lagarde a não excluir uma subida dos juros ainda em 2022. A subida das taxas de juro seria positiva para o setor financeiro português. Há expectativas de que a taxa de depósito, que está em terreno negativo

desde 2014, será aumentada de -0,50% para -0,25% em Dezembro, o que seria positivo para os bancos portugueses em termos de custos, visto que suportariam menos encargos nos depósitos em euros mantidos junto do Banco de Portugal e do BCE.

Em termos de negócio, taxas de juro mais altas proporcionam maior rentabilidade nos empréstimos, o que seria uma benesse para os bancos focados no crédito e permitiria até uma redução das comissões de manutenção de conta cobradas aos clientes, que dispararam nos últimos anos nos bancos dependentes da concessão de crédito. No entanto, em termos de risco, taxas de juro mais altas poderão originar maiores taxas de incumprimento nos empréstimos, quer às empresas, quer às famílias. Note-se que os bancos prepararam-se nos últimos dois anos, ao constituir provisões para a possibilidade dos despedimentos e da menor atividade económica durante os confinamentos causarem incumprimentos em massa. Globalmente, os bancos portugueses sairiam beneficiados e os mercados acionistas antecipam já um impacto positivo. Apesar das bolsas mundiais estarem sob forte pressão vendedora, o índice Stoxx Europe 600 Banks valoriza 8% desde o início de 2022, enquanto a ação do BCP soma 38%.



Pedro Lino
CEO na Optimize Investment Partners

O setor financeiro passou por uma década de reestruturações e de adaptações a uma realidade de taxas de juro negativas, que ditou a forte diminuição da margem financeira. Esta reinvenção para a sobrevivência implicou reforço de capitais, criar novos serviços, o aumento generalizado de comissões, investimento na automatização e alteração de processos, a digitalização e redução do número de agências. Foi graças a este trabalho que

os bancos europeus sobreviverem com taxas de juro negativas, período que se aproxima rapidamente do fim.

O BCE deverá iniciar uma inversão da sua política monetária ainda em 2022, em reação à inflação na Zona Euro que superou os 5,1%. As taxas Euribor a 12 meses incorporam pelo menos duas subidas das taxas do BCE de 0,1%, no último trimestre de 2022, no que será uma subida muito gradual e a um ritmo diferente do Reino Unido ou dos Estados Unidos. A alteração da política monetária tem um efeito positivo no setor financeiro, uma vez que permite recuperar a margem financeira, deixar de pagar para ter dinheiro parqueado no BCE e manter o nível de comissões cobrado o que se traduz numa melhoria substancial da rentabilidade, numa fase do setor onde os custos fixos foram reduzidos e adaptados a uma nova realidade. Adicionalmente aquando do início de um ciclo de subida de taxas de juro o volume de crédito concedido continua a aumentar, pelo que teremos ganhos a nível de quantidade e de preço.

Por outro lado, estima-se que as famílias e empresas não vejam a sua qualidade creditícia afetada até os juros atingirem o patamar de 1%, o que não coloca em causa a qualidade da carteira de crédito dos bancos. Desta forma os próximos anos de política monetária irá ser favorável ao setor financeiro.



Jorge Silveira Botelho
Chief Investment
Officer BBVA AM Portugal

Na última década, o investimento no setor financeiro português foi uma constante armadilha de valor, na medida em que, as suas aparentes atrativas métricas financeiras não refletiam grande parte dos problemas com que o setor se confrontava: falta de capital recorrente, dependência excessiva da margem financeira, custos regulatórios mais elevados, excesso de capacidade

de e entrada de novos concorrentes mais competitivos e eficientes. Para agravar a situação, a persistência de taxas de juros negativas desde junho de 2014, eliminou a visibilidade do setor e prejudicou a sua capacidade de gerar resultados consistentes nos últimos anos. No entanto, neste último ano de pandemia algo mudou estruturalmente na perceção de riscos e de rentabilidade do setor financeiro português.

A pandemia acabou por não ter o impacto que se temia e a banca portuguesa saiu desta crise bem capitalizada, com o rácio de capital CTE1 reforçado. Nos últimos anos, os bancos conseguiram diversificar suas receitas, reestruturar o seu modelo de negócio e reduzir custos de forma consistente. Por outro lado, o recente ajustamento de expectativas de inflação e de crescimento parecem ditar o fim de um ciclo de descidas de taxas de juro. Tal como o resto dos bancos europeus, o sistema financeiro português é muito sensível aos movimentos das taxas de juro, e uma vez que o mercado prevê subidas de taxas de juro a 9 meses, isso implicaria uma subida adicional dos lucros em 2023. Adicionalmente, o PRR e o foco na transição energética vão ser um forte impulsionador do crescimento do crédito nos próximos anos, potenciando a geração de negócio e de rentabilidade do setor.

Neste contexto, julgamos que a subida de taxas de juro é o catalisador que faltava para reativar a perceção de valor do modelo bancário, expondo a atratividade das atuais baixas métricas financeiras.



Pedro Pimenta

Country Head do ABANCA Portugal

Presentemente, o Banco Central Europeu ainda não alterou a sua política monetária. No entanto, caso se consubstanciem as expectativas do mercado, em 2022, deveremos assistir a cinco subidas da taxa de juro de referência até que esta atinja o valor de 0% no final do ano (estamos em -0,5% e com cinco subidas de 0,1%

poderemos então passar a 0%). O fim da política de taxas de juro negativas terá impacto positivo nas contas das entidades financeiras que, em muitos casos, não estavam a passar esse custo (associado ao juro negativo) para os seus clientes, não obstante o estarem a pagar na componente de reservas depositadas junto do BCE. A atual conjuntura parece-nos favorável a um comportamento ponderado, mas determinado por parte do BCE, pois as poupanças das famílias portuguesas estão em alta e os depósitos estão em níveis recorde. Acredito que é importante sinalizar alguma determinação perante os últimos dados da inflação (a taxa de inflação homóloga da zona euro registou, em janeiro, um novo máximo de 5,1%), mas é também expectável que essa reação se revista de alguma prudência de forma a não colocar em risco a recuperação económica que todos desejamos e que terá naturalmente impacto positivo em todos os setores.

O principal risco nesta mudança para um enquadramento de subida de taxas de juro é o de uma subida abrupta que acabe por provocar uma quebra no crescimento económico, por um lado, e por outro lado, que provoque um aumento do incumprimento ou morosidade nos créditos. Este cenário parece-nos pouco provável dado o discurso atual do BCE, que se deverá mostrar especialmente cauteloso no processo de retirada de estímulos de forma a não condicionar a recuperação económica que estamos a assistir no pós-pandemia.



Carlos Almeida Andrade

Chief Economist do novobanco

Com a pandemia a gerar uma pressão ascendente sobre os preços, os bancos centrais procuram normalizar a sua política monetária, o que se deverá traduzir em juros mais elevados, embora ainda relativamente contidos. A retirada de liquidez do mercado pelos bancos centrais poderá

levar à reavaliação de activos por parte dos investidores, tornando mais exigente a obtenção de resultados de operações financeiras. É ainda expectável que a subida dos juros se traduza num aumento (que se espera moderado) dos NPLs, penalizando a rentabilidade dos bancos, sobretudo à saída de um período em que vários devedores beneficiaram de moratórias no crédito. Recentemente, os resultados do sector bancário foram suportados por uma redução ou reversão de provisões, e este movimento tenderá a ser interrompido ou revertido (existe o risco de que a eventual reavaliação de activos atrás referida possa abranger também o imobiliário). Este quadro de subidas de juros deverá, assim, reforçar uma postura de maior cautela e escrutínio na concessão de crédito. Mas é importante ter em conta que os bancos portugueses enfrentam estes riscos numa situação relativamente sólida, beneficiando de um processo de ajustamento ainda em curso, traduzido em rácios de NPLs historicamente baixos, numa gestão de risco prudente e em estruturas de custos menos pesadas. Adicionalmente, um movimento de normalização dos juros tenderá a beneficiar a margem financeira dos bancos, restringida nos últimos anos pelas distorções dos juros negativos ou nulos. Assumindo que uma eventual “mudança de regime” nos juros nos deixará ainda com taxas relativamente contidas, este processo poderá ser visto como essencialmente benigno para o sector financeiro e para a economia, promovendo uma melhor afectação dos recursos produtivos.



Mário Carvalho Fernandes

Chief Investment Officer do Banco Carregosa

O sector financeiro tem exposição natural ao risco de taxa de juro. Em termos gerais, a subida das taxas de juro beneficia o sector bancário. As entidades bancárias tendem a financiar-se, pelo menos em parte, com instrumentos de curto prazo, como depósitos

à ordem ou com prazos curtos, enquanto financiam os seus clientes a prazos mais longos. Perante a expectativa de que as taxas de juro vão subir, a curva de rendimentos tende a tornar-se mais inclinada: os juros praticados no longo prazo afastam-se mais dos níveis reduzidos que prevalecem nos prazos mais curtos. Esta situação beneficiará as entidades que conseguirem cristalizar essa situação. Como existem instrumentos que permitem reduzir ou alavancar o desfasamento entre remuneração dos ativos e dos passivos, o cenário base poderá não se materializar. O impacto em cada entidade financeira dependerá da forma como posicionou estrategicamente os seus balanços em relação ao risco taxa de juro. A reavaliação dos ativos com risco de taxa de juro poderá penalizar os resultados no curto prazo em benefício da rentabilidade futura. Nesse sentido, uma subida abrupta e não prevista das taxas de juros tenderá a provocar efeitos mais marcantes, do que uma subida gradual e amplamente antecipada. O gradualismo permitiria a incorporação das expectativas na estratégia. Adicionalmente, a subida de taxas de juro poderá aumentar o esforço financeiro dos devedores, expostos a taxas variáveis, para honrar os seus compromissos, e consequentemente conduzir ao aumento dos incumprimentos. No caso dos empréstimos à habitação, apesar do aumento nos últimos anos da opção pela de taxa fixa, a maioria continua indexada a taxas de juro variáveis. Em resumo, os impactos serão distintos entre entidades. Contudo, em termos agregados, o sector bancário tenderá a beneficiar com a normalização das taxas de juro.



Alberto Ramos

Country Manager do Bankinter Portugal

Perante o aumento da inflação, o Banco Central Europeu admite vir a subir as taxas de juro em 2022, numa altura em que se assiste a uma melhoria dos indicadores da pandemia, recuperação económica e des-

cida do desemprego na Zona Euro. Olho para estes três últimos indicadores como sinais positivos de que estamos no caminho de uma economia mais sólida, mas com um impacto relevante que os diversos agentes económicos terão que saber gerir. Antes de mais, acredito que, para determinar a magnitude dos aumentos das taxas de juro, o Banco Central Europeu terá certamente em conta a evolução da economia europeia e o impacto nas famílias, no tecido empresarial e também na dívida dos Estados, de forma a não comprometer o crescimento económico dos países. Por estes motivos, creio que o impacto de um aumento das taxas de juro será controlado, já que se deverá tratar de subidas progressivas e de reduzida magnitude. Importa também recordar que este ajustamento seguir-se-á a um longo período em que as taxas de juro estiveram a níveis historicamente baixos, inclusive negativos, algo que dificilmente poderíamos ter imaginado como possível antes da emergência do ciclo que agora parece estar para terminar. Ainda assim, esta normalização das curvas de taxa de juro terá efeitos sentidos pelos vários agentes económicos.

Para as famílias, a subida de juros será sentida nos pagamentos associados a taxas variáveis, tais como o crédito à habitação e o crédito ao consumo, o que levará em certa medida a uma diminuição do rendimento disponível. Além disso, o custo de financiamento será certamente mais elevado para novos empréstimos, sejam estes com taxa variável ou com taxa fixa, o que poderá refrear o recurso a crédito, ainda que seja minha convicção que tal poderá ter um efeito muito limitado. Os mesmos efeitos serão sentidos pelas empresas que tenham recorrido a financiamento prévio ligado a taxas variáveis, ou que procurem agora financiar a sua atividade recorrente ou novos projetos. Em contextos com condições adversas de mercado, o Bankinter já deu provas de resiliência e solidez, tendo sempre estado próximo dos seus clientes e assim continuará a fazer. Acompanharemos de perto e em permanência o impacto que uma eventual subida dos juros possa ter junto das famílias e empresas, de forma que os mesmos possam continuar a assegurar o cumprimento do serviço de dívida das suas obrigações.



Telmo Santos

CEO da euPago

Os bancos centrais foram forçados a preparar o aumento das taxas de juro na tentativa de impedir que estas subidas de preços se transformem em inflação persistente. Isto irá por fim a um período de taxas de juro muito baixas (e até negativas), como é o caso das taxas diretoras definidas pelo BCE, da Euribor e até das taxas de juro da dívida pública de alguns países europeus. Inevitavelmente, a subida das taxas diretoras vai refletir-se nos custos de financiamento das empresas e das famílias, por via do impacto que terá nas taxas que indexam o custo de financiamento em Portugal que é feito sobretudo pela taxa variável. Depois de uma taxa de inflação nula em 2020, Portugal registou uma taxa de inflação de 1,3% em 2021. No caso dos clientes euPago, observámos um aumento do ticket médio de 28,5%. Mas nem todos os negócios aumentaram o ticket médio da mesma forma. Na tecnologia verificamos um aumento de 24,2%, o que poderá refletir a inflação subjacente a esta categoria de bens. No entanto, temos dois cenários divergentes nos bens e serviços. De um lado, empresas que aumentaram o seu ticket médio em 5,8% e outras com uma variação negativa de menos 2,5%. Tal pode resultar de diversos fatores que não podemos precisar: alteração dos cabazes dos consumidores; empresas forçadas a absorver o aumento de preços, reduzindo lucros; outras tiveram de aumentar os preços. Isto mostra que o impacto da inflação não foi igual para todos. Acredito que a subida das taxas diretoras não será acentuada devido aos níveis muito elevados do endividamento dos principais setores financeiros europeus e, em particular, dos governos, razão pela qual entendemos que a Euribor ficará ainda assim abaixo dos níveis de inflação que se observaram no ano passado e que estão previstos para este ano.



Mário Martins

Analista e membro do Conselho de Administração da ActivTrades CCTVM

Com a subida dos juros é previsível que se registre menor volume de crédito, contudo as margens serão maiores o que usualmente gera melhores retornos para o sector financeiro. Por outro lado, haverá o retomar de uma parte da atividade de investimento no rendimento fixo que tem estado ausente devido à reduzida rentabilidade, o que poderá aumentar as receitas do sector. No entanto há que realçar dois pontos de cautela importantes, a subida dos juros causará um impacto negativo na disponibilidade financeira líquida das empresas e famílias, especialmente as que têm créditos imobiliários a taxa muito reduzida e que ficaram com taxas de esforço dentro do limite, mas elevadas, podendo isso levar a um aumento da sinistralidade no crédito, elevando o volume de imparidades. Por fim, não é de descurar o enorme desafio que o Governo, o BCE e também o sector financeiro terão ao lidar com um aumento significativo dos custos com a dívida pública, que terão tendência a elevar a déficit público, sendo como de costume combatido com mais impostos e menos recursos no apoio à economia.



João Queirós

CFO da Askblue

No contexto atual, assumindo um desejável período de pós-pandemia, o que verificamos é que estamos a conseguir recuperar num prazo mais curto de tempo e de forma diferente face a crises anteriores que vivemos. Os indicadores que temos de 2021

apontam para uma melhor condição do setor financeiro, com redução de custos, e com rácios de custos para rendimentos inferiores ao que se verifica na zona euro. A recente avaliação do Banco Central Europeu (BCE), agora divulgada, sobre a atividade de 2020 e com efeitos para a atividade de 2022, embora apenas incida de forma direta sobre três bancos portugueses (CGD, MBCP e NB), de uma forma geral, revela que as instituições de crédito apresentam posições de capital e de liquidez sólidas.

Avizinha-se um novo ciclo na política monetária, depois de um período de taxas de juro baixas, algumas mesmo negativas. O controlo dos preços é neste momento uma prioridade, procurando-se ajustar os efeitos provocados pela pressão do crescimento mais intenso da procura face a uma oferta ainda bastante condicionada para se alinhar. Assumindo que estes ajustes nas taxas de juro venham a ocorrer de um modo muito gradual, sem qualquer interrupção, fundamental para a estabilidade económica e financeira na zona euro, o que se espera é que o setor financeiro venha a exercer a sua atividade dentro de um quadro regulado e sólido que não comprometa as metas de crescimento nacional.

O setor financeiro português enfrenta desafios consideráveis, de consolidação da sua estrutura de custos, de acompanhamento da transição digital, de gestão efetiva dos seus rácios, nomeadamente os associados a créditos não produtivos, de gestão de risco e de governação interna, que não deverão ficar, a curto ou médio prazo, comprometidos com esta nova trajetória das taxas de juro.



Albino Oliveira

Analista Senior do Grupo Patris

Desde a crise da dívida soberana na área do euro, a região tem vivido num contexto de taxas de juro nulas e, posteriormente, negativas fixadas pelo Banco Central Europeu. Particularmente na área da banca

de retalho, um contexto de taxas de juro negativas nos depósitos obrigou o setor a adaptar o seu modelo de negócio a uma tendência constante de compressão na sua margem financeira. No atual contexto de aumento das pressões inflacionistas, temos assistido a um debate em torno da possibilidade de o Banco Central Europeu poder avançar para uma subida de taxas de juro, aliás, já visível no comportamento recente das taxas Euribor. A confirmação destas expectativas iria apenas reforçar um enquadramento que tem vindo progressivamente a ser de maior suporte aos níveis de rentabilidade do setor bancário, via racionalização da estrutura de custos (e aumento da eficiência nas suas operações), reforço dos rácios de capital (ambos como consequência da crise financeira Internacional e da crise da dívida soberana nos países da área do euro) e, agora, possivelmente, com alguma subida nas taxas de juro, não esquecendo o impacto positivo associado à continuação da retoma do ciclo económico (com reflexos favoráveis na evolução da carteira de crédito e das provisões para crédito em incumprimento). No caso dos bancos portugueses, uma (ainda) elevada proporção da carteira de crédito com taxas de juro variáveis (mesmo tendo em conta a diminuição observada nos anos mais recentes) significa uma maior sensibilidade a eventuais subidas nas taxas de juro. Adicionalmente, a eventual saída do atual contexto de taxas de juro negativas permitiria ao setor bancário uma menor dependência do comportamento das comissões para a evolução das suas receitas, possibilitando também aqui uma maior flexibilidade.



Rui Machado

Direção de Investimento da IM Gestão de Ativos

Um cenário radical de subida de taxas que coloque em causa o crescimento económico parece-nos improvável, por isso a expectável subida das taxas de juro deve-

rá ter um impacto direto marginal a curto prazo no setor financeiro português. No entanto, é necessário não esquecer que, durante muitos anos, os agentes económicos habituaram-se a políticas assentes em taxas de juro baixas e facilidade de crédito, condições essas que poderão estar perto do fim, levantando assim preocupações pertinentes sobre o impacto desta alteração. Naturalmente uma alteração para um panorama de taxas de juro mais altas implica condições de crédito menos apetecíveis, sendo um fator menos conducente a uma expansão económica. Isto não significa que essas condições se tornem restritivas, contudo, a simples inversão da direção de um regime expansionista poderá ter efeitos indesejados por parte do BCE nas economias europeias, incluindo Portugal. Esses efeitos, poderão afetar principalmente o consumo e o investimento. Do lado do investimento, o impacto mais óbvio parece ser o setor imobiliário, cujo ritmo de crescimento poderá sofrer algum abrandamento, fruto de condições de financiamento mais onerosas para as famílias e empresas. No consumo, o cenário deverá ser semelhante, até porque um maior custo financeiro irá implicar menor disponibilidade para consumir bens e serviços. Por contrapartida, o setor bancário poderá beneficiar da subida de taxas, uma vez que poderão usufruir de melhoria das suas margens e deverão deixar de ter o custo associado aos montantes depositados junto do BCE. No entanto, será necessário que a atividade económica se mantenha robusta e as condições de facilidade de crédito não sofram alterações significativas para estes ganhos se materializarem.

Em conclusão, é expectável que a recente subida de taxas esteja numa fase inicial, mas não vemos esse movimento como decisivo para o setor financeiro português. A incerteza deverá residir na dimensão dessa subida, sendo que se for muito acentuada poderá colocar em causa os cenários mais otimistas.



Frederico Aragão Morais

Senior Market Analyst da Qaestum Capital

Normalmente, as margens de lucros dos bancos e entidades financeiras tendem a subir quando a política monetária se torna mais restritiva, no entanto muito pela natureza do atual contexto macroeconómico, os mesmos poderão não beneficiar tanto quanto poderiam quando comparado com uma outra situação menos peculiar. Em condições normais, a subida da inflação tenderia a acontecer quando a economia chegasse ao seu potencial e o seu emprego a um nível de pleno emprego (situação onde a taxa de desemprego cíclica é igual a zero). Nessa altura, os trabalhadores ganhariam margem de negociação dos seus salários, levando ao seu aumento e por sua vez à subida generalizada dos preços. Mas este não é o cenário que atualmente vivemos. A realidade é que a eventual subida das taxas de juro não é resultante de uma inflação que provém do crescimento económico, mas sim, maioritariamente, de um constrangimento global do lado da oferta. Portugal é, destacadamente, o país europeu onde as moratórias têm maior peso no crédito concedido pela banca. Este facto impõem um risco ao aumento do crédito malparado, podendo prejudicar a estabilidade financeira e a recuperação económica. O quão o setor financeiro poderá ser afetado depende essencialmente de dois fatores: o crescimento económico e o crédito malparado, onde o segundo é consequência da falta do primeiro. Relativamente a isto, a OCDE aponta que Portugal deverá crescer cerca de 5,8% em 2022 chegando a atingir o nível pré-pandemia a meio do ano. Para além disso, o Banco de Portugal revela que apenas 0,9% do montante de novos empréstimos com garantia pública foi concedido a empresas “zombie”. Apesar da atual fotografia não ser animadora, as perspetivas futuras para o setor financeiro português parecem ser, ainda assim, risonhas.



Henrique Tomé

Analista XTB

As taxas de juro permanecem em mínimos históricos e numa altura em que os EUA se preparam para dar início a um novo ciclo de subidas das taxas de juro, já em Março, os investidores começam a antecipar que o mesmo movimento aconteça na Europa. Embora a presidente do Banco Central Europeu (BCE) tenha dito esta semana (na segunda-feira 14/02/2022) que não se espera aumentos das taxas de juro este ano, a verdade é que a inflação na Zona euro está a aumentar a um ritmo preocupante e pode levar os decisores de política monetária a adotarem políticas mais restritivas para travarem a subida da inflação.

Neste cenário, o setor financeiro como a banca será dos setores mais beneficiados com as subidas das taxas de juro. Ao longo dos últimos 2 anos, devido à pandemia, este setor foi dos mais afetados e tem sido aquele que continua a recuperar a conta-gotas. Em Portugal, continuamos dependentes da condução das políticas monetárias por parte do BCE, dado que a nossa autonomia em matéria de políticas monetárias é limitada.

No entanto, o setor financeiro português poderá beneficiar numa primeira fase com o aumento gradual das taxas de juro, mas a longo prazo poderá surgir alguns riscos e períodos que não devem ser ignorados. O risco de incumprimento por parte das empresas e famílias é um deles, sobretudo nos créditos à habitação, pois os preços dos imóveis continuam extremamente inflacionados. Por outro lado, o rendimento líquido das famílias não consegue acompanhar o aumento dos preços dos imóveis e muitas famílias têm inclusive perdido poder de compra devido aos efeitos da inflação.



José Nunes

Administrador da Asseco PST

A resposta não passa primariamente por novas tecnologias, arquiteturas ou outra vertente relacionada com desafios essencialmente técnicos. Não é essa a visão da Asseco PST.

Os desafios do setor financeiro transcendem em muito a utilização de novas tecnologias, sendo essa apenas uma vertente também ela desafiante.

Estruturando o desafio do setor financeiro em três macrodesafios, começamos com o primeiro deles, “Global ou Local”. Ou, por outras palavras, atuar no setor financeiro beneficiando do efeito de escala e em produtos/serviços de largo consumo, ou numa vertente especializada e de produtos/serviços que servem nichos.

“Sozinho vs Ecossistema”. Cada vez mais as instituições, independentemente da sua dimensão, necessitam de trabalhar em rede, seja para chegar mais longe, para oferecer mais onde já chegam, ou simplesmente para reforçarem a sua capacidade de transformação.

Por fim, “Especializado vs Diferenciado”. É crucial entregar valor por via de uma especialização, um efeito de escala ou inovando. A diferenciação é sobre entregar valor, e não sobre ser diferente de forma indiferenciada.

Como última nota, o sucesso para as instituições se transformarem digitalmente (buzzword que de alguma forma agrega estes desafios), depende do uso de tecnologias e soluções adequadas, da utilização assertiva de dados/informação, e da definição de processos eficientes e contextualizados. Para catalisar esta mistura de ingredientes precisamos ainda de pessoas com visão e cultura de transformação.

O desafio acaba por ser “simples”, um camaleão fá-lo na perfeição há séculos: é “só” ter em conta o ambiente que nos rodeia, adaptarmo-nos rapidamente e sobreviver.



Miguel Salgueiro

Founder Partner da NextBITT

O setor financeiro terá um papel fulcral na temática da sustentabilidade, com a obrigatoriedade legal de comprimir objetivos de sustentabilidade. A título de exemplo, a divulgação de informação standardizada sobre a integração de fatores ESG, tanto ao nível da entidade, como ao nível do produto, levará á mudança de mindset de toda a organização, a forma como se relacionar com fornecedores e numa oferta mais “Sustentável” para os seus clientes. Neste enquadramento a adoção de tecnologias emergentes em áreas como o sistema de gestão ambiental e o sistema de gestão energética, para os diversos atores das suas operações, monitorizando e otimizando o seu impacto ambiental, garantindo total transparência com todos os seus stakeholders bem como o envolvimento de todos os colaboradores na persecução dos objetivos de redução da pegada ambiental e responder aos crescentes desafios de hoje e do futuro, nomeadamente os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 2030. Assente na permanente digitalização do setor financeiro, capacitar a organizações na resposta a evolução dos crimes financeiros, cada vez mais complexos e variados, de fraude e cyber security.



Luís Teodoro

Administrador da SoftFinança

Se pode ser verdade que esta subida de taxas de juro possa ter impacto inicial no setor financeiro, nomeadamente porque vai alterar a atual quase ausência de juros remuneratórios, tornando as ofertas

dos produtos dos bancos mais atrativas e melhorando o seu contributo para a rentabilidade das organizações do setor, será provavelmente ao nível dos juros moratórios que o impacto na economia se vai fazer sentir de uma forma mais abrangente uma vez que tanto as famílias como as empresas deixaram de estar habituadas aos custos de crédito mais elevados, o que irá consequentemente gerar um novo ciclo de incumprimento e naturalmente, de mais crédito malparado, afetando a rentabilidade do setor e impactando com o normal desenvolvimento da economia em especial num período que se perspectivava de recuperação após o impacto do Covid, pelo que entendendo que é incontornável esta subida das taxas de juros, também me parece que as consequências para uma economia como a nossa, com elevados índices de crédito, não será de todo positiva.



Frederico Faria de Oliveira

Fundador e partner da Blue Screen IT Solutions

De acordo com vários barómetros de risco, em 2022 os perigos cibernéticos constituem a maior preocupação para as empresas a nível mundial. O mesmo acontece no setor financeiro, um pilar crucial para a estabilidade da economia europeia, que confia nas TI para superar esta vulnerabilidade. Ataques de resgate (ransomware), violações de dados ou grandes interrupções de TI são ameaças que poderão incidir sobre o setor financeiro em 2022.

As instituições financeiras são constantemente abaladas por tentativas de intrusão, mas parece haver dificuldade em evoluir a política de cibersegurança reativa para proativa. O setor tem de fomentar uma cultura de segurança para além da preocupação do departamento de IT. Um risco interno: qualquer dispositivo com acesso à rede implica formar um funcionário e treiná-lo na sua responsabilidade de o manter livre de um ciberataque. Phishing e outros esquemas de Social Engineering para obter

acesso a sistemas e redes evoluem constantemente. A educação para a segurança cibernética e ações de sensibilização são fundamentais para garantir prevenção. Vejamos um potencial risco externo à instituição, associado à cadeia de fornecedores de serviços cloud: qualquer falha enfraquece as defesas da organização. A infraestrutura deve estar preparada de forma segura para resistir a possíveis ataques. A parceria com um fornecedor de serviços cloud ou MSSP que compreenda os requisitos de segurança cibernética e regulamentares das instituições financeiras é imprescindível.

Nos projetos do setor financeiro que desenvolvemos na Blue Screen, trabalhamos com as melhores clouds (Amazon AWS) e investimos continuamente na formação do nosso departamento de cibersegurança para garantir uma resposta eficaz aos perigos cibernéticos e prestar serviços de formação nessas entidades. Apostamos no trabalho conjunto com os nossos clientes, com os quais defendemos uma abordagem multi-nível à cibersegurança e com monitorização contínua.



Etienne Huret

Diretor Geral da Natixis em Portugal

É inegável que estamos a viver em tempos de uma acelerada mudança, disrupção e revolução tecnológica nos nossos sistemas financeiros. Tal como a criação da moeda pelo Rei Alíates da Lídia 500 anos antes de Cristo, acredito estarmos hoje a lançar as ferramentas e sistemas tecnológicos que vão impactar a forma como produzimos, gerimos e utilizamos o dinheiro durante os próximos séculos. São quatro os grandes desafios, tendências ou tecnologias que estão já a ter impacto nos grandes sistemas financeiros, estando intrinsecamente ligados uns aos outros.

Em primeiro lugar, a profusão de dados (em inglês, data). A quantidade infinita de dados que são recolhidos, gravados e colocados à disposição das entidades fi-

nanceiras representa um enorme desafio de gestão e tratamento dessa informação para melhorar os serviços entregues. Tudo é possível, tudo pode ser ainda mais customizado, mas existem ainda grandes contradições quando olhamos para os sistemas de regulamentação – como o GDPR, por exemplo -, em constante atualização e que exigem uma monitorização ao milímetro de processos de gestão de risco. Segue-se a oferta das Fintech, que oferecem serviços altamente especializados e disruptivos num sistema alternativo à banca – sem serem “banca” -, representando uma resposta altamente rápida, ágil e muito mais “user friendly” para os seus clientes. Extremamente competitivas e no limite do que é ser uma “entidade financeira”, conseguem encaixar-se nos espaços em branco da regulamentação, pelo que o grande desafio da banca tradicional estará em trabalhar com elas de forma colaborativa e integrada.

Novas tecnologias como o Blockchain trazem-nos a chamada “banca descentralizada”, numa revolução tecnológica que dispensa a existência de entidades como os Bancos Centrais e a intervenção dos Governos. Daí países como a China e a Rússia terem banido sistemas de Blockchain dos seus países. Hoje, ainda não consegue dar resposta às transações do dia-a-dia, mas acredito que poderá ser explorada no futuro com um enorme potencial.

Por fim, o “machine learning” e a inteligência artificial, que muito em breve poderão ajudar a trabalhar no primeiro desafio da profusão e gestão da informação, permitindo o às entidades financeiras automatizar muito dos seus processos e aprender com os comportamentos das transações.



Rodrigo Lourenço

Partner e Head of Financial Services da KPMG

Desde o nascimento do Euro, há mais de duas décadas, que se tem verificado uma tendência de descida das taxas de juro, interrompida apenas no início e

no final da primeira década do milénio. Antecipa-se agora uma inversão desta tendência, com a subida de taxas para fazer face a pressões inflacionistas, cuja extensão e duração no tempo são ainda incertos. Considerando os dados mais recentes publicados pelos bancos portugueses (jun-21 e dez-20), e pressupondo um cenário de subida paralela de 100bps na yield curve, estima-se por um lado uma melhoria no produto bancário entre 5% e 10%; e por outro uma variação dos seus capitais até -1,5%. Importa salientar que estas estimativas merecem alguma reserva, não apenas quanto forma como a yield curve se irá comportar nos diversos prazos, mas também pelas especificidades do balanço de cada entidade e pela forma como são geridas as exposições às taxas de juro. Adicionalmente, não se antecipa uma deterioração significativa da qualidade do risco da carteira de crédito a clientes, dada a reduzida amplitude da variação esperada e o nível ainda assim baixo das taxas de juro após as subidas antecipadas. A introdução de critérios de concessão de crédito mais prudentes, incluindo algumas alterações provocadas pelos reguladores (eg. limites à taxa de esforço, limites de LTV, entre outros), contribuem igualmente para que as expectativas de perda decorrentes da subida das taxas de juro sejam reduzidas.

Novamente, importa ter alguma reserva nesta análise, dado que o processo de subida das taxas de juro será igualmente condicionado pelo efeito recessivo dessa opção de política monetária sobre a economia real, no contexto dos efeitos continuados da pandemia e de riscos emergentes associados ao conflito armado na Ucrânia, que poderão condicionar tanto a atividade económica como as condições de liquidez no sistema financeiro.

Diretório

“ O papel da Agrimútu no sistema financeiro nacional”



Banca de portugueses, para portugueses

A Agrimútu é uma federação de estruturas financeiras cooperativas bancárias sujeitas ao Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútu e que representa várias Caixas de Crédito Agrícola, a maioria das quais centenárias que, em conjunto, disponibilizam meia centena de agências nas regiões de Bombarral, Chamusca, Leiria, Mafra e Torres Vedras. A Agrimútu – Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútu, F.C.R.L., sob a forma de Federação de Cooperativas de Responsabilidade Limitada, é a representação formal do espírito cooperativo e mutualista elevado a um nível suprarregional, conferindo às suas associadas a capacidade de se fazerem representar nacional e internacionalmente. A atual administração, Presidente Manuela Nina Jorge e os Vogais Manuel José Guerreiro e David Jorge, tendo como foco os princípios da AGRIMÚTUO defendem que a estrutura federativa representa o espírito mutualista do crédito agrícola, enquanto movimento de entreajuda e auxílio mútuu para o progresso e desenvolvimento do mundo rural e por isso assim têm desenvolvido as suas atividades na ótica do benefício comum para as associadas. Com meia centena de agências em oito municípios que apresentam, global e consistentemente ao longo dos anos, contas e resultados positivos, estas cinco Caixas Agrícolas têm vindo a apostar numa crescente partilha de serviços e de soluções de gestão. Sem nunca descurar a solidez financeira – é assim desde sempre – e sem nunca perderem autonomia e independência, o que elimina a possibilidade de serem capturadas por interesses alheios aos seus objetivos, estas Caixas, que são uma pequena parte da banca nacional, fazem efetivamente a diferença nos locais onde estão implantadas, apoiando os negócios de forma prudente e racional, com exigentes critérios de ponderação de risco. Com presença e atuação locais, junto das



Manuela Nina Jorge, Presidente do CA da Agrimútu | Manuel José Guerreiro, Administrador da Agrimútu

peças que servem e dos projetos empresariais que apoiam, estas cinco instituições concedem financiamento a projetos de agronegócio, respeitando as políticas de green finance, e apoiam empreendedores talentosos, fundadores de start-ups e fintechs inovadoras que, a partir de realidades locais, se projetam na conquista de escala, dimensão e ambicionam internacionalizar-se.

Nas respetivas localidades são as realidades bancárias mais significativas e mais próximas, eficientes e eficazes na prestação da atividade bancária às populações.

Nestas instituições, há um legado centenário, acarinhado e desejado pelas populações, que merece ser preservado e que tem imenso futuro. Algumas destas Caixas de Crédito Agrícola foram pensadas ainda no tempo da monarquia. Já não há portugueses vivos desse tempo, mas a memória destas Caixas Agrícolas atravessa gerações de clientes. Desenvolveram-se com a implantação da República, viveram em ditadura, acolheram Abril e, desde então, resistiram

– com sucesso – a três incursões do FMI no nosso país, sobrevivendo a bancarrotas que marcas tão significativas deixaram na globalidade do nosso sistema financeiro.

As Caixas Agrícolas independentes são, aliás, reconhecidamente, um travão à desigualdade territorial, tanto social como económica. Assim, e sem prejuízo do que possa vir a acontecer ao nível da estratégia de concentração na banca, fica evidente o espaço e a importância para o crescimento deste modelo, sobretudo num contexto de recuperação pós-pandemia.

O futuro desta banca próxima e autónoma é a cooperação entre si, salvaguardando a sua independência, para prestar melhores serviços e apoiar, com tecnologia e soluções inovadoras, o crédito às empresas.

Esta banca 100% Portuguesa é regional, os centros de decisão são locais e o valor acrescentado fica na região. Preservemos o nosso património!

www.agrimutuo.pt



«Ter um impacto positivo começa em cada um de nós»

O Cetelem é a marca do BNP Paribas Personal Finance, especialista em crédito ao consumo do Grupo BNP Paribas. Líder na Europa no setor, está presente em cerca de 30 países e conta com uma equipa de mais de 20 mil colaboradores, que abraçam diariamente a missão de promover o acesso a um consumo mais responsável e sustentável para apoiar clientes e parceiros. Uma missão que faz parte da estratégia de transformação da empresa, alinhada com a ambição do Grupo BNP Paribas de se tornar líder no financiamento sustentável.

«Acreditamos que a alteração dos hábitos de consumo é, sem dúvida, uma resposta-chave para construirmos um futuro mais sustentável e a pensar nas próximas gerações. Enquanto líderes do setor, estamos conscientes da nossa responsabilidade como agentes de mudança e certos que desempenhamos um papel fundamental perante os desafios globais que enfrentamos», sublinha Anais Raynaud, Chief Executive Officer do Cetelem – BNP Paribas Personal Finance Portugal.

Oferta abrangente e equipa sempre ON

Em Portugal desde 1993, o Cetelem disponibiliza uma ampla oferta de serviços financeiros, como crédito pessoal, financiamento automóvel, cartões de crédito ou seguros,



Anais Raynaud, Chief Executive Officer do Cetelem – BNP Paribas Personal Finance Portugal.

acessíveis através de um processo de subscrição simples, cómodo e 100% digital.

No âmbito das parcerias, tem uma estratégia ativa de acompanhamento dos especialistas de retalho especializado, das lojas online, e dos sectores automóvel, financeiro e segurador, através de soluções globais e integradas à medida das necessidades dos negócios dos parceiros.

Entre Lisboa e Porto, uma equipa de mais de 600 colaboradores assumem como prioridade a melhoria contínua da experiência dos clientes. Uma dedicação que faz do Cetelem a marca com melhor reputação entre Instituições de Crédito.

Ambição de ter impacto positivo na vida das pessoas

Consciente que os resultados são reflexo do empenho das equipas, a instituição definiu como compromisso ser exemplar enquanto entidade empregadora. Uma ambição que tem sido concretizada com sucesso, obtendo pelo 5º ano consecutivo a certificação Top Employer em Portugal em 2022 e na Europa em 2021 e 2022.

A sua atuação é pautada também pela ambição de gerar um impacto positivo a nível económico, ambiental e social, além do seu negócio, diminuindo a sua pegada ambiental, através da adoção de novas práticas sustentáveis e ajudando quem mais precisa: sejam clientes em situações económicas frágeis ou apoiando Instituições de cariz social, junto das quais promove o voluntariado e a solidariedade em equipa.

«Temos a certeza de que ter um impacto positivo começa em cada um de nós. E as ações que temos vindo a desenvolver demonstram bem o nosso compromisso com a sociedade portuguesa», conclui Anais Raynaud.

www.cetelem.pt



Direção Comercial do Banco Credibom: Hugo Ramalho, Pedro Mata, Miguel Couto, Ana Cristina Correia, Henrique Henriques e António Lopes (da esquerda para a direita)

Banco Credibom dá empowerment a cada português



“Damos crédito a cada Português” é a assinatura do Credibom e que guia o comportamento do banco no relacionamento com clientes e parceiros. Uma estratégia com bons resultados, na medida em que a marca acaba de ser distinguida como n.º 1 na categoria de empresas de crédito a consumo da Escolha do Consumidor e pelo 2º ano consecutivo como uma marca Cinco Estrelas. O Deputy CEO, Pedro Mata, dá conta do caminho que o banco fez para chegar a este reconhecimento.

Quem Somos?

Detido a 100% por um dos maiores grupos bancários europeus, o Grupo Credit Agricole, o Credibom é um banco especializado no crédito ao consumo e uma referência no financiamento automóvel em Portugal, que disponibiliza a Clientes e Parceiros soluções de crédito flexíveis, transparentes e adequadas às suas necessidades. Em Portugal há mais de 25 anos, o Banco Credibom presta um aconselhamento personalizado e transparente, encontrando a melhor solução para cada

caso. Está presente em mais de 800 parceiros no setor automóvel e retalho lar, de Norte a Sul, com uma equipa dedicada que apoia os parceiros numa estreita relação de confiança.

A nossa Visão?

Conquistar a preferência dos nossos clientes e parceiros através da simplicidade e da alegria de trabalhar connosco.

O que nos distingue?

Ser reconhecido como Escolha do Consumidor nas categorias de crédito ao consumo e financiamento automóvel, tal como, uma marca Cinco Estrelas pelo 2º ano consecutivo, constitui um motivo de orgulho e um fator de motivação para o Credibom. Quem o afirma é o Deputy CEO, Pedro Mata: “Saber que os consumidores portugueses confiam na nossa marca e que reconhecem a nossa dedicação, motiva-nos a continuar os nossos esforços de melhorar a sua experiência.” E essa motivação faz com que, para 2022, o banco se proponha reforçar os investimentos com vista a do-

tar as equipas com melhores ferramentas. O objetivo é garantir que consegue, em todas as interações, “proporcionar a melhor solução a cada português”.

Pedro Mata entende que esta distinção resulta, acima de tudo, como mais um elemento de agregação dentro das diferentes equipas, porque “o reconhecimento é transmissível a todas as áreas, mesmo as que têm um papel de ‘back’”. “O nosso objetivo consiste em simplificar a vida aos nossos clientes e parceiros, proporcionando-lhes a melhor experiência possível.

A nossa responsabilidade?

O Deputy CEO do Credibom sustenta que ser Escolha do Consumidor 2022 e o Prémio Cinco estrelas 2022, atribui ao banco a responsabilidade de manter a melhor resposta às expectativas dos clientes e parceiros. “Em 2022, queremos estar ainda mais próximos, ser mais relevantes e garantir que os portugueses encontram no Banco Credibom o melhor parceiro para concretizarem os seus projetos de vida”.

Banca

Openbank

Santander Group

O Openbank é o maior banco 100% digital da Europa e faz parte do Grupo Santander, operando em Espanha, Portugal, Alemanha, Países Baixos e Argentina. No mercado português, o Openbank disponibiliza uma gama completa de produtos bancários de pagamento e de poupança, e serviços online, incluindo uma plataforma de trading e o Robo-Advisor, uma plataforma para investimentos totalmente automatizado e digital, em colaboração com a BlackRock®, a maior entidade gestora de ativos do mundo, e a Santander Asset Management.

Os clientes do Openbank podem aceder a todos os serviços e funcionalidades, de forma fácil e intuitiva, através do site e app, o que reforça o seu compromisso de ser um banco 100% digital. Isto permite continuar a ser o banco espanhol mais recomendado entre os seus clientes, graças também à sua simplicidade, agilidade e segurança.

O Openbank conta, atualmente, com mais de 1,7 milhões de clientes nos 5 países onde opera e continua com o seu plano de internacionalização.



Ezequiel Szaflir
CEO
do Openbank



Patrícia Benito
Diretora-geral
do Openbank



Gonzalo Pradas
Diretor de Gestão de Investimentos
do Openbank

☎ (+351) 800 785 170

📍 Plaza de Santa Bárbara, 2 - 28004 Madrid

📧 contacto@openbank.com

BANCO MADESANT - SOCIEDADE UNIPESSOAL, SA
AVENIDA ARRIAGA, 73 - 2º - SALA 211
9000-060 FUNCHAL

BANCO BAI EUROPA, SA
RUA TIERNO GALVAN, TORRE 3,
12º PISO 1070-274 LISBOA

BANCO FINANTIA, SA
RUA GENERAL FIRMINO MIGUEL, 5 - 1º
1600-100 LISBOA

CAIXA CENTRAL - CAIXA CENTRAL DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO, CRL
RUA CASTILHO, 233/233-A
1099-004 LISBOA

HAITONG BANK, SA
RUA ALEXANDRE HERCULANO,
38 - EDIFÍCIO QUARTZO
1269-180 LISBOA

NOVO BANCO, SA
AVENIDA DA LIBERDADE, N.º 195
1250-142 LISBOA

BANCO CTT, SA
AVENIDA D. JOÃO II, N.º 13,
EDIFÍCIO BÁLTICO, PISO 11º
1999-001 LISBOA

BNI - BANCO DE NEGÓCIOS INTERNACIONAL (EUROPA), SA
AVENIDA ENGENHEIRO DUARTE PACHECO, CC DAS AMOREIRAS,
TORRE 1 - PISO 7 1070-101 LISBOA

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, SA
AVENIDA JOÃO XXI, 63
1000-300 LISBOA

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, SA
PRAÇA D. JOÃO I, 28
4000-295 PORTO

BANCO ATLÂNTICO EUROPA, SA
AVENIDA DA LIBERDADE, N.º 259
1250-143 LISBOA

CAIXA - BANCO DE INVESTIMENTO, SA
AVENIDA JOÃO XXI, 63
1000-300 LISBOA

BANCO ACTIVOBANK, SA
RUA AUGUSTA, 84
1100-053 LISBOA

BANCO SANTANDER TOTTA, SA
RUA DO OURO, N.º. 88 1100-063 LISBOA

Sucursais de Instituição de Crédito com Sede na U.E.

ONEY BANK - SUCURSAL EM PORTUGAL
AV JOSE GOMES FERREIRA, 9, SL 1
1495-139 ALGÉS

Morada Estrangeiro
34 AVENUE DE FLANDRE
Código Postal Estrangeiro
59170

Localidade Estrangeiro
CROIX

Denominação da Sede
ONEY BANK

Morada da Sede Estrangeiro
34 AVENUE DE FLANDRE
Localidade da Sede Estrangeiro
CROIX
País estrangeiro: França

BANCO DO BRASIL AG - SUCURSAL EM PORTUGAL
AVENIDA DA REPÚBLICA, N.º 35 - 7º
1050-186 LISBOA
Morada Estrangeiro
FRANZ JOSEFS - KAI 47, 3.OG
Localidade Estrangeiro
WIEN

Denominação da Sede
BANCO DO BRASIL
AKTIENGESELLSCHAFT
Morada da Sede Estrangeiro
FRANZ JOSEFS - KAI 47, 3.OG
Localidade da Sede Estrangeiro
WIEN
País estrangeiro
Áustria

BNP PARIBAS PERSONAL FINANCE, S.A. - SUCURSAL EM PORTUGAL
RUA GALILEU GALILEI, N.º 2, 8º PISO,
TORRE OCIDENTE, CENTRO COLOMBO
1500-392 LISBOA
Morada Estrangeiro
1 BOULEVARD HAUSSMANN
Código Postal Estrangeiro
75009

Localidade Estrangeiro
PARIS
Denominação da Sede
BNP PARIBAS PERSONAL FINANCE S.A.
Morada da Sede Estrangeiro
1 BOULEVARD HAUSSMANN

CRÉDIT AGRICOLE LEASING & FACTORING, S.A. - SUCURSAL EM PORTUGAL
AVENIDA DUQUE DE ÁVILA 141, 3.º DTO
1050-081 LISBOA

Morada Estrangeiro
12 PLACE DES ETATS-UNIS, CS 30002
Código Postal Estrangeiro
92548 MONTRouGE CEDEX

Localidade Estrangeiro
MONTRouGE
Denominação da Sede
CREDIT AGRICOLE LEASING & FACTORING

Morada da Sede Estrangeiro
12 PLACE DES ETATS-UNIS, CS 30002
Localidade da Sede Estrangeiro
MONTRouGE
País estrangeiro
França

WIZINK BANK, S.A.U. - SUCURSAL EM PORTUGAL
AVENIDA DA LIBERDADE,
N.º 131-1.º PISO 1250-140 LISBOA

Morada Estrangeiro
CALLE ULISES 16-18
Código Postal Estrangeiro
28043

Localidade Estrangeiro
MADRID
Denominação da Sede
WIZINK BANK, SA
Morada da Sede Estrangeiro
CALLE ULISES 16-18

Nas páginas seguintes, apresentamos-lhe uma listagem não-exaustiva das instituições financeiras que operam no nosso país (fonte: Banco de Portugal).

Bancos e outras Instituições de Crédito

ITAÚ BBA EUROPE, S.A.
RUA TIERNO GALVAN, TORRE 3, 11º
PISO 1099-048 LISBOA

BANCO PRIMUS, SA
RUA DA QUINTA DO QUINTÃO, 4,
EDIFÍCIO D. JOÃO I, 1º A
2770-192 PAÇO DE ARCOS

BANCO L.J. CARREGOSA, SA
AVENIDA DA BOAVISTA, 1083
4100-129 PORTO

BANCO INVEST, SA
AVENIDA ENG. DUARTE PACHECO,
TORRE 1, 11º
1070-101 LISBOA

NOVO BANCO DOS AÇORES, SA
RUA HINTZE RIBEIRO, N.ºS 2/8
9500-049 PONTA DELGADA

BANCO EFISA, SA
RUA DR. ANTÓNIO LOUREIRO BORGES,
N.º 7, 6º PISO, EDF ARQUIPARQUE 7
1495-131 MIRAFLORES

BANCO BIC PORTUGUÊS, SA
AVENIDA ANTÓNIO AUGUSTO DE
AGUIAR, N.º 132
1050-020 LISBOA

BANCO SANTANDER CONSUMER PORTUGAL, SA
RUA DE CANTÁBRIA 42 EDIFÍCIO 2,
2775-711 CARCAVELOS

MONTEPIO INVESTIMENTO, SA
AVENIDA DE BERNA N.º 10
1050-040 LISBOA

BANCO CREDIBOM, SA
CENTRO EMPRESARIAL LAGOAS PARK,
EDIFÍCIO 14 - PISO 2
2740-262 PORTO SALVO

BANCO BPI, SA
RUA TENENTE VALADIM, 284
4100-476 PORTO

BEST - BANCO ELECTRÓNICO DE SERVIÇO TOTAL, SA
PRAÇA MARQUÊS DE POMBAL,
N.º 3 - 3º PISO 1250-161 LISBOA

BANCO PORTUGUÊS DE GESTÃO, SA
RUA BARATA SALGUEIRO N.º 37 - 4º
1250-042 LISBOA

BANCO DE INVESTIMENTO GLOBAL, SA
AVENIDA 24 DE JULHO, N.º 74-76
1200-869 LISBOA

Instituição Pagamento



A euPago é uma Instituição de Pagamento, supervisionada pelo Banco de Portugal, sendo uma referência nos pagamentos online. Sediada no Porto em 2015, registou um rápido crescimento e expandiu a sua atividade ao mercado espanhol. A fintech tem como objetivo apresentar as melhores soluções para diferentes tipologias de negócios (em particular, comércio eletrónico) e conta com uma equipa multidisciplinar e especializada em tecnologia e inovação. Privilegiando uma cultura de proximidade, tem ganho a confiança dos seus clientes por disponibilizar serviços e funcionalidades simples, intuitivas e adaptadas a cada negócio.



Telmo Santos
CEO da euPago

(+351) 222 061 597
Praça Artur Santos Silva 74
4200-534 Porto Portugal
geral@eupago.pt
<https://www.eupago.pt/>
<https://www.linkedin.com/company/eupago>

Localidade da Sede Estrangeiro
MADRID
País estrangeiro
Espanha

**DEUTSCHE BANK
AKTIENGESELLSCHAFT - SUCURSAL
EM PORTUGAL**
RUA CASTILHO, 20 - 6.º 1250-069 LISBOA
Morada Estrangeiro
RECHTSABTEILUNG
TAUNUSANLAGE 12 D
Código Postal Estrangeiro
60325
Localidade Estrangeiro
FRANKFURT
Denominação da Sede
DEUTSCHE BANK
AKTIENGESELLSCHAFT
Morada da Sede Estrangeiro
RECHTSABTEILUNG TAUNUSANLAGE
12 D
Localidade da Sede Estrangeiro
FRANKFURT
País estrangeiro
Alemanha

**BANKINTER, SA - SUCURSAL
EM PORTUGAL**
PRAÇA MARQUÊS DE POMBAL,
N.º 13, 2.º ANDAR 1250-162 LISBOA
Morada Estrangeiro
PASEO DE LA CASTELLANA, 29
Código Postal Estrangeiro
28046 MADRID
Denominação da Sede
BANKINTER, SA

Morada da Sede Estrangeiro
PASEO DE LA CASTELLANA, 29
Localidade da Sede Estrangeiro
MADRID
País estrangeiro
Espanha

**CREDIT SUISSE (LUXEMBOURG), SA -
SUCURSAL EM PORTUGAL**
AV. DA LIBERDADE, N.º 180 A, 8º ANDAR
1250-146 LISBOA
Morada Estrangeiro
5, RUE JEAN MONNET
Código Postal Estrangeiro
L-2180

Localidade Estrangeiro
LUXEMBOURG
Denominação da Sede
CRÉDIT SUISSE (LUXEMBOURG), SA
Morada da Sede Estrangeiro
5, RUE JEAN MONNET

**BANK OF CHINA (LUXEMBOURG), SA
LISBON BRANCH - SUCURSAL
EM PORTUGAL**
RUA DUQUE DE PALMELA, N.ºS.
35, 35A E 37 1250-097 LISBOA
Morada Estrangeiro
37/39 BOULEVARD PRINCE HENRI
Código Postal Estrangeiro
L-1724 LUXEMBOURG
Localidade Estrangeiro
LUXEMBOURG
Denominação da Sede
BANK OF CHINA (LUXEMBOURG), SA
Morada da Sede Estrangeiro
37/39 BOULEVARD PRINCE HENRI

**VOLKSWAGEN BANK GMBH -
SUCURSAL EM PORTUGAL**
ALFRAPARK, EDIFÍCIO G, R/C,
ESTRADA DE ALFRAGIDE, 67
2614-519 AMADORA
Morada Estrangeiro
GIFHORN STRASSE 57
Código Postal Estrangeiro
D-3812 BRAUNSCHWEIG
Localidade Estrangeiro
BRAUNSCHWEIG
Denominação da Sede
VOLKSWAGEN BANK, GESELLSCHAFT
MIT BESCHRANKTER HAFTUNG
Morada da Sede Estrangeiro
GIFHORN STRASSE 57
Localidade da Sede Estrangeiro
BRAUNSCHWEIG
País estrangeiro
Alemanha

COFIDIS
AVENIDA DE BERNA, 52 - 6º -
ESPAÇO BERNA 1069-046 LISBOA
Morada Estrangeiro
1 RUE DU MOLINEL
Código Postal Estrangeiro
59290 WASQUEHAL
Localidade Estrangeiro
WASQUEHAL
Denominação da Sede
COFIDIS
Morada da Sede Estrangeiro
1 RUE DU MOLINEL
Localidade da Sede Estrangeiro
WASQUEHAL
País estrangeiro
França

**BNP PARIBAS SECURITIES SERVICES -
SUCURSAL EM PORTUGAL**
AV. D. JOÃO II, 1.18.01, BLOCO B,
9º ANDAR 1998-028 LISBOA
Morada Estrangeiro
3, RUE DE ANTIN
Código Postal Estrangeiro
75002 PARIS
Denominação da Sede
BNP PARIBAS SECURITIES SERVICES
Morada da Sede Estrangeiro
3, RUE DE ANTIN
País estrangeiro
França

**CITIBANK EUROPE PLC - SUCURSAL
EM PORTUGAL**
EDIFÍCIO FUNDAÇÃO, RUA BARATA
SALGUEIRO, N.º 30 - 5º ANDAR
1269-056 LISBOA
Morada Estrangeiro
1 NORTH WALL QUAY, DUBLIN 1
Localidade Estrangeiro
DUBLIN
Denominação da Sede
CITIBANK EUROPE PLC
Morada da Sede Estrangeiro
1 NORTH WALL QUAY, DUBLIN 1
Localidade da Sede Estrangeiro
DUBLIN
País estrangeiro
Irlanda

**BANCO BILBAO VIZCAYA
ARGENTARIA, SA, SUCURSAL
EM PORTUGAL**
AVENIDA DA LIBERDADE, N.º 222
1250-148 LISBOA
Morada Estrangeiro
PLAZA DE SAN NICOLAS, 4
Código Postal Estrangeiro
48005
Localidade Estrangeiro
BILBAO
Denominação da Sede
BANCO BILBAO VIZCAYA
ARGENTARIA, SA
Morada da Sede Estrangeiro
PLAZA DE SAN NICOLAS, 4
Localidade da Sede Estrangeiro
BILBAO
País estrangeiro
Espanha

**ABANCA CORPORACIÓN BANCARIA,
SA, SUCURSAL EM PORTUGAL**
RUA CASTILHO, N.º 20
1250-069 LISBOA
Morada Estrangeiro
CALLE CANTÓN CLAUDINO PITA, N.º 2
Código Postal Estrangeiro
153000 BETANZOS
Localidade Estrangeiro
A CORUNHA
Denominação da Sede
ABANCA CORPORACIÓN BANCARIA, SA
Morada da Sede Estrangeiro
CALLE CANTÓN CLAUDINO PITA, N.º 2
Localidade da Sede Estrangeiro
A CORUNHA
País estrangeiro
Espanha

**DMOND DE ROTHSCHILD EUROPE -
SUCURSAL PORTUGUESA**
RUA D. PEDRO V, 130
1250-095 LISBOA
Morada Estrangeiro
4 RUE ROBERT STUMPER
Código Postal Estrangeiro
L-2557 LUXEMBOURG
Localidade Estrangeiro
LUXEMBOURG
Denominação da Sede
EDMOND DE ROTHSCHILD EUROPE
Morada da Sede Estrangeiro
4 RUE ROBERT STUMPER
Localidade da Sede Estrangeiro
LUXEMBOURG
País estrangeiro
Luxemburgo

OPEN BANK, S.A.
Morada Estrangeiro
PASEO DE LA CASTELLANA, 24
Código Postal Estrangeiro
28046
Localidade Estrangeiro
MADRID
País estrangeiro
Espanha

NATIXIS
Rua Santos Pousada, 220
4000-478 Porto

Instituição Crédito



A Natixis em Portugal está integrada na organização global da Natixis, uma multinacional francesa especializada em gestão de ativos e património, banca corporativa e de investimento, seguros e pagamentos. Parte do Groupe BPCE, o segundo maior grupo bancário em França, a Natixis tem cerca de 16.000 funcionários em 38 países.

Sediado no Porto, o Centro de Excelência da Natixis tem como missão transformar a banca tradicional, fornecendo soluções inovadoras ao negócio, operações e cultura de trabalho da Natixis em todo o mundo, enquanto fator-chave para a cultura de agilidade e inovação da empresa. Equipas de TI e Atividades de Suporte à Banca trabalham de uma forma integrada, inclusiva e transversal, suportando todas as linhas de negócio e plataformas internacionais.

A Natixis em Portugal é a melhor combinação entre um "mindset de start-up" e uma estrutura grande e sólida. A sua cultura singular confere significado à personalidade beyond banking: ser verdadeiramente empreendedor, auto-desafiar-se e ir mais além pelos clientes.



Etienne Huret
Diretor-geral da Natixis em Portugal

☎ (+351) 221 203 000
📍 Rua Santos Pousada, 220
4000-478, Porto
✉ talent.porto@natixis.com
🌐 <https://natixis.groupebpce.com/>
🌐 <https://www.linkedin.com/company/natixis-in-portugal/>

Sociedades Financeiras de Corretagem

ATRIUM INVESTIMENTOS - SOCIEDADE FINANCEIRA DE CORRETAGEM, SA
AVENIDA DA REPÚBLICA, N.º 35
2.º ANDAR 1050-186 LISBOA

DIF BROKER - SOCIEDADE FINANCEIRA DE CORRETAGEM, SA
RUA ANTÓNIO CARDOSO, 601-613, LJ 8
4150-083 PORTO

Sociedades Gestoras de Património e de Fundos de Investimento

LMCAPITAL WEALTH MANAGEMENT - SOCIEDADE GESTORA DE PATRIMÓNIOS, SA
AVENIDA DA LIBERDADE, 190-5.ª
1250-147 LISBOA

IBCO - GESTÃO DE PATRIMÓNIOS, SA
RUA MARGARIDA DE ABREU,
13 - ESCRITÓRIO 4
1900-314 LISBOA

POPULAR GESTÃO DE ACTIVOS - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO, SA
RUA RAMALHO ORTIGÃO, N.º 51
1099-090 LISBOA

BMO PORTUGAL, GESTÃO DE PATRIMÓNIOS, SA
RUA GENERAL FIRMINO MIGUEL, 3 -
9º B 1600-100 LISBOA

GNB - SOCIEDADE GESTORA DE PATRIMÓNIOS, SA
RUA CASTILHO, N.º 26, 4º ANDAR
1250-069 LISBOA

ASK PATRIMÓNIOS - SOCIEDADE GESTORA DE PATRIMÓNIOS, SA
AVENIDA ÁLVARES CABRAL, N.º. 61, 7º,
1250-017 LISBOA

GOLDEN ASSETS - SOCIEDADE GESTORA DE PATRIMÓNIOS, SA
AVENIDA DA BOAVISTA, N.ºS. 2427/2429
4100-135 PORTO

INVESTQUEST - SOCIEDADE GESTORA DE PATRIMÓNIOS, SA
RUA CASTILHO, N.º 75 - 6.º DIREITO
1250-068 LISBOA

GOLDEN BROKER - SOCIEDADE CORRETORA, SA
AVENIDA DA BOAVISTA, N.ºS 2427/2429
4100-135 PORTO

LUSO PARTNERS - SOCIEDADE CORRETORA, SA
RUA CASTILHO, N.º 90 - 4.º ESQ.
1250-071 LISBOA

BIZ VALOR - SOCIEDADE CORRETORA, SA
AV. ENG.º DUARTE PACHECO,
AMOREIRAS, TORRE 2, PISO 16 -
FRACÇÃO BA 1070-102 LISBOA

Instituições de pagamento

EUPAGO - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, LDA
PRAÇA ARTUR SANTOS SILVA, 74
4200-534 PORTO

UNICÂMBIO - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, SA
AEROPORTO DE LISBOA, RUA C,
EDIFÍCIO 124, 5º PISO
1700-008 LISBOA

NOVACÂMBIOS - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, SA
CALÇADA DO CARMO, N.º 6 - 1.º/DTO
1200-091 LISBOA

RAIZE - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS, SA
RUA TIerno GALVAN - AMOREIRAS,
TORRE 3, 17º FRAÇÕES "R" E "RA"

PAYPAYUE - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, UNIPessoal LDA
ESTRADA REGIONAL 104, N.º 42 A
9350-203 RIBEIRA BRAVA

MAXPAY - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, LDA
PRAÇA DUQUE DE SALDANHA,
N.º 1, 4º - G-B 1050-094 LISBOA

IFTHENPAY, LDA
RUA S. JOSÉ, N.º 771
4535-404 SANTA MARIA DE LAMAS

EASYPAY - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, LDA
RUA SOARES DE PASSOS, N.º. 14-B
1300-537 LISBOA

SIBS PAGAMENTOS, SA
RUA SOEIRO PEREIRA GOMES,
LOTE 1 1649-03

PAYSHOP (PORTUGAL), SA
AV. D. JOÃO II, LOTE 01.12.03
1999-001 LISBOA

LUSOPAY, INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, LDA
AVENIDA MANUEL VIOLAS,
476, SALA 28.1
4410-137 SÃO FELIX DA MARINHA

REALTRANSFER - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS, SA
PRAÇA MARQUÊS DE POMBAL, N.º. 1,
GALERIAS, LOJA J
1250-160 LISBOA

Sociedades Financeiras de Crédito

CAIXA LEASING E FACTORING - SOCIEDADE FINANCEIRA DE CRÉDITO, SA
AVENIDA JOÃO XXI, 63
1000-300 LISBOA

BNP PARIBAS FACTOR - SOCIEDADE FINANCEIRA DE CRÉDITO, SA
RUA HENRIQUE POUÇÃO,
N.º 900, PISO 5º
4460-191 SENHORA DA HORA

FINANCEIRA EL CORTE INGLÉS PORTUGAL, S.F.C., SA
AVENIDA ANTÓNIO AUGUSTO DE AGUIAR, N.º 31
1069-413 LISBOA

MERCEDES-BENZ FINANCIAL SERVICES PORTUGAL - SOCIEDADE FINANCEIRA DE CRÉDITO, SA
LUGAR DA ABRUNHEIRA,
S. PEDRO DE PENAFERRIM
2714-530 SINTRA

FINANFARMA - SOCIEDADE FINANCEIRA DE CRÉDITO, SA
RUA MARECHAL SALDANHA, N.º. 1
1200-403 LISBOA

Software para gestão e acompanhamento de processos de dívida

Solução robusta que garante a centralização e apoio a todos os meios comuns ou alternativos de cobrança judicial, assegurando a tramitação dos vários mecanismos processuais, pessoais e contabilísticos.

PEDIR DEMONSTRAÇÃO

comercial@bluescreen.pt
21 722 3822



Gestão processual com um controlo financeiro mais eficiente!



GESTÃO SEGMENTADA
DE CARTEIRAS DE
CRÉDITO



TRATAMENTO DE
CONTENCIOSO DE
LARGA ESCALA



AUTOMATIZAÇÃO
DE WORKFLOW



INFORMAÇÃO DE GESTÃO
COM QUALIDADE E NA
MEDIDA CERTA



CENTRALIZAÇÃO E
INTEGRAÇÃO DOS
PROCESSOS

SIMPLES, INTUITIVO E FÁCIL DE PERSONALIZAR

Lorem ipsum



Blue Screen
IT Solutions



<https://digital.bluescreen.pt/sistema-gestao-juridica>
comercial@bluescreen.pt | Tel.: +351 21 722 3822





Os nossos clientes são as nossas estrelas

As nossas estrelas são os nossos clientes, que diariamente nos inspiram.
É a cada um deles que devemos o **Prémio Cinco Estrelas 2022** nas categorias
de **Grandes Bancos** e **Crédito Habitação**. Obrigado a todos.



Estes prémios são da exclusiva responsabilidade
da entidade que os atribuiu.



Banco Santander Totta, S.A.

